

Cadernos da Comunicação  
Série Memória

# 1904

## Revolta da Vacina

### A maior batalha do Rio



Agradecemos a colaboração da Fundação Oswaldo Cruz, que nos cedeu imagens e subsídios para a confecção deste Caderno. Quase todas as imagens foram retiradas de um álbum de recortes montado pelo cientista a partir das *charges* que criticavam e/ou satirizavam seu trabalho. A identificação manual da publicação, com data, quase sempre no alto, à esquerda, é de Oswaldo Cruz.

Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social.

1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretaria, 2006.  
120 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória)

ISSN 1676-5508  
Inclui bibliografia

1. Imprensa – Brasil – História. 2. Imprensa e política – Brasil. 3. Jornalismo – Aspectos políticos. – Brasil.  
I. Título.

CDD 070.44933188

DIB/PROC. TEC.

A coleção dos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO pode ser acessada no *site* da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:  
[www.rio.rj.gov.br/secs](http://www.rio.rj.gov.br/secs)  
Agosto de 2006

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372  
Cidade Nova  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP 20211-110  
e-mail: [cadernos@pcrj.rj.gov.br](mailto:cadernos@pcrj.rj.gov.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.



**Prefeito**  
Cesar Maia

**Secretária Especial de Comunicação Social**  
Ágata Messina

**CADERNOS DA COMUNICAÇÃO**  
**Série Memória**

**Comissão Editorial**  
Ágata Messina  
Helena Duque  
Leonel Kaz  
Regina Stela Braga

**Edição**  
Regina Stela Braga

**Redação e pesquisa**  
Álvaro Mendes  
Patrícia Melo e Souza

**Revisão**  
Alexandre José de Paula Santos

**Projeto gráfico e diagramação**  
Marco Augusto Macedo

**Capa**  
José Carlos Amaral/SEPROP  
Marco Augusto Macedo

## **CADERNOS DA COMUNICAÇÃO**

### **Edições anteriores**

#### ***Série Memória***

- 1 - Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 - Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 - O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 - Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 - Brasília, Capital da Controvérsia – A construção, a mudança e a imprensa
- 6 - O Rádio Educativo no Brasil
- 7 - Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 - Verão de 1930-31 – Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 - Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 - Getulio Vargas e a Imprensa
- 11 - TV Tupi, a Pioneira na América do Sul
- 12 - Novos Rumos, uma Velha Fórmula – A mudança do perfil do rádio no Brasil
- 13 - Imprensa Alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos
- 14 - Um jornalismo sob o signo da política
- 15 - Diário de Notícias – A luta por um país soberano

#### ***Série Estudos***

- 1 - Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 - Reportagem Policial – Realidade e Ficção
- 3 - Fotojornalismo Digital no Brasil – A imagem na imprensa da era pós-fotográfica
- 4 - Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 - Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 - Manual de Radiojornalismo
- 7 - New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 - A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 - A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 - A Indústria dos Quadrinhos
- 11 - Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 - Manual de Jornalismo Empresarial
- 13 - Ciência para Todos – A academia vai até o público
- 14 - Breve história da Imprensa Sindical no Brasil
- 15 - Jornalismo Ontem e Hoje



Em novembro de 1904, o Rio de Janeiro vivia momentos de ebulição social devidos à reforma urbanística do centro da cidade, promovida pelo prefeito Pereira Passos, com total apoio do presidente Rodrigues Alves. O clima era propício a movimentos que manifestavam o desagrado em relação a medidas como a derrubada de habitações populares, sem que o governo providenciasse o assentamento dos seus moradores em outros locais.

A cidade sofria com a falta de saneamento básico, o que resultava em epidemias devastadoras, como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Isto levou as autoridades sanitárias a determinar, entre outras medidas, a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. A medida, que se destinava a proteger a população, foi conduzida de forma autoritária e sem os necessários esclarecimentos, provocando uma reação contrária. Um furo de reportagem foi responsável pelo vazamento da notícia e suficiente para desencadear a maior revolta urbana ocorrida no Rio de Janeiro, que passou à história como A Revolta da Vacina.

A primeira página do jornal *A Notícia*, de 9 de novembro de 1904, trazia a reprodução do projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, de autoria do médico e sanitarista Oswaldo Cruz, então diretor-geral da Saúde Pública. Para os estudiosos desse episódio, o texto redigido por Oswaldo Cruz, um cientista, era autoritário demais e pouco explicativo. Confusa e revoltada, a população saiu às ruas, transformando o centro da cidade numa verdadeira praça de guerra, em que os presos, mortos e feridos contavam-se às centenas. Os embates entre a polícia e os revoltosos ocuparam as páginas dos jornais, que se dividiram entre favoráveis e contrários ao projeto de lei, trazendo opiniões de intelectuais, políticos e, uma tradição da época, inúmeras charges sobre os acontecimentos.

Durante uma semana, o Rio viveu momentos de extrema tensão, nos quais, além do descontentamento com a obrigatoriedade da vacina, fizeram eco os descontentes com o governo do presidente Rodrigues Alves e a administração do prefeito Pereira Passos. Misturavam-se, no mesmo caldeirão, positivistas, monarquistas, militares e republicanos radicais.

Para contar o que foi A Revolta da Vacina, os *CADERNOS DA COMUNICAÇÃO* recorreram, principalmente, aos jornais da época, únicos documentos que descrevem os acontecimentos daquela semana sangrenta, pois não há dados oficiais completos sobre o ocorrido. O tempo encarregou-se de provar o acerto da determinação de Oswaldo Cruz, apesar dos acontecimentos trágicos que provocou ao ser divulgada.

CESAR MAIA  
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

*Semana maldita, some-te, mergulha no grande abismo insondável do tempo, onde há esquecimento para tudo.*

Olavo Bilac, poeta (1865-1918)

*O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes: não há um chefe geral nem um plano estabelecido.*

Lima Barreto, romancista (1881-1922)

# Sumário

<b>O Rio em pé de guerra</b> . . . . .	9
A cidade sitiada . . . . .	10
A história da vacina . . . . .	17
Túmulo dos estrangeiros . . . . .	22
Humana Lei ou Lei Obscena? . . . . .	28
Um golpe fracassado . . . . .	32
Cronograma da revolta . . . . .	35
A repressão . . . . .	45
<b>A Imprensa na Revolta</b> . . . . .	51
Um ‘furo’ causa um motim . . . . .	52
Políticos X jornalistas: uma troca de papéis . . . . .	54
Aqui, como na Europa . . . . .	58
A imprensa dividida . . . . .	62
A vez dos censores . . . . .	70
O noticiário em cima da hora . . . . .	81
A revolta no traço dos caricaturistas . . . . .	85
No fim, o reconhecimento . . . . .	90
Anexo 1 – A notícia que virou revolta . . . . .	95
Anexo 2 – O quebra-lampião . . . . .	104
Anexo 3 – Oswaldo Cruz . . . . .	108
Anexo 4 – A vacina obrigatória . . . . .	110
Anexo 5 – De que morreu Cipriana? . . . . .	112
Bibliografia . . . . .	114
Notas . . . . .	117



Oswaldo Cruz, vencedor da febre amarela, da peste bubônica e da varíola  
(Revista da Semana, s/d, charge de Bambino)

# O RIO EM PÉ DE GUERRA

## A cidade sitiada

*Rio de Janeiro, início do século XX.* Uma cidade com cerca de 700 mil habitantes e graves problemas urbanos: rede insuficiente de água e esgoto, toneladas de lixo nas ruas, cortiços superpovoados. Um ambiente propício à proliferação de várias doenças, como tuberculose, hanseníase, tifo, sarampo, escarlatina, difteria, coqueluche, febre amarela, peste bubônica e varíola, as três últimas responsáveis por grandes epidemias. O Rio era conhecido pelos imigrantes que aqui aportavam como “túmulo dos estrangeiros”.

Os anos tumultuados do início da República, marcados pela decretação de estado de sítio, por prisões, assassinatos e exílios, inclusive de jornalistas, como Gentil de Castro, assassinado, e José do Patrocínio, forçado a sair do Rio, reduzira um pouco a virulência da imprensa do período imperial. Mas não eliminara a beligerância.<sup>1</sup>

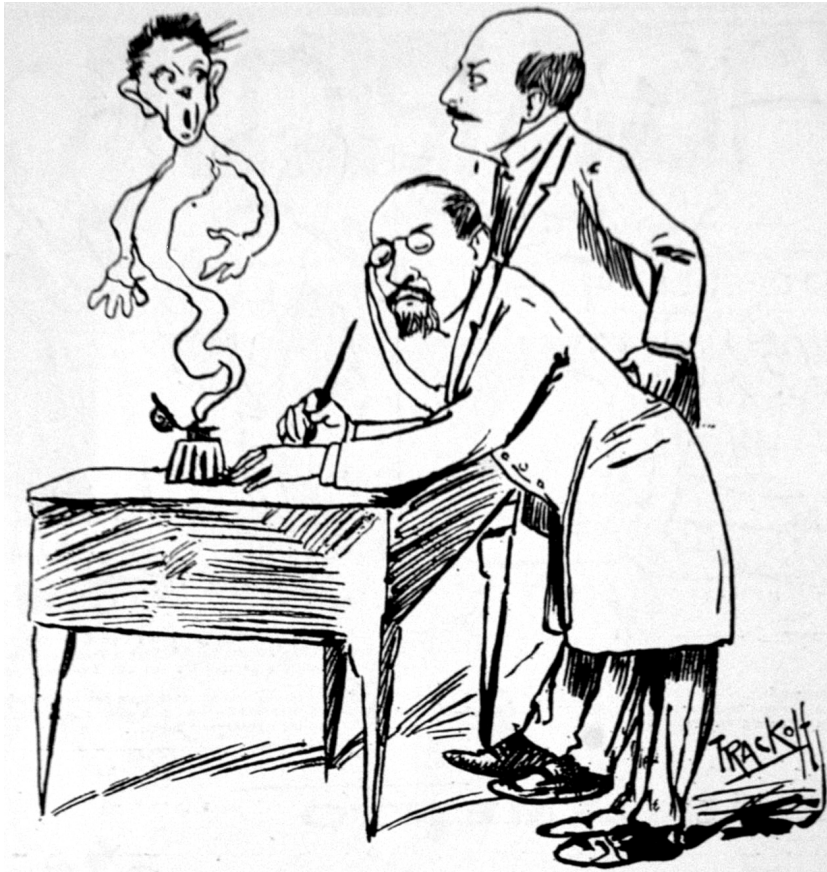


Oswaldo Cruz, “o Napoleão de seringa e lanceta”  
(*O Malho*, 24/10/1904; charge de Leonidas)

9 de novembro de 1904. O jornal *A Notícia* publica, sem consentimento expresso das autoridades, o projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, elaborado e redigido por Oswaldo Cruz. A lei, não regulamentada, fora aprovada em 31 de outubro. O povo, enfurecido, sai às ruas e, durante uma semana, enfrenta a polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros. As agitações começaram no dia 10 de novembro, com grandes ajuntamentos no centro da cidade. A polícia reagiu a tiros e com a ação da cavalaria. Barricadas e combates transformaram os bairros da Gamboa e da Saúde em praça de guerra. Os cadetes da Praia Vermelha se sublevaram, os sindicatos marcharam ao lado do povo. Saldo: segundo uns, 30 mortos, mais de cem feridos, quase mil presos – a metade deles deportada para o Acre, e sete estrangeiros banidos do país; segundo outros, centenas e talvez milhares de mortos.

Apesar das divergências estatísticas, sabe-se que a Revolta da Vacina foi o maior motim da história do Rio de Janeiro. Alguns historiadores<sup>2</sup> consideram-na, pela violência de que se revestiu, da mesma importância, no espaço urbano, que a guerra de Canudos e a revolta do Contestado<sup>3</sup>, no espaço rural. Pode ser considerada “um dos mais importantes movimentos populares de contestação”<sup>4</sup> durante a primeira fase republicana ou “o levante popular, o mais indomável de que já fora palco a capital da República”<sup>5</sup>.

A revolta eclodiu durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), sendo Pereira Passos o prefeito do Rio. Era uma fase fundamental de transformação da sociedade brasileira, que ainda mantinha profundas características do período colonial, na sua passagem para uma sociedade burguesa moderna. Tal transformação não se fez sem elevado custo social. A principal exportação do Brasil era o café, principalmente o dos fazendeiros paulistas. Eles constituíam a base de sustentação de Rodrigues Alves, que adotou a política antiindustrialista do antecessor, o



O presidente Rodrigues Alves sanciona a Lei da Vacina Obrigatória (publicação não identificada, 5/11/1904; charge de Trakoff)

presidente Campos Sales (1898-1902), garantindo assim o funcionamento e até o reforço do modelo agrário-exportador.

Tanto a revolta da população contra uma lei que se destinava a protegê-la quanto os meios violentos que as autoridades empregaram para impor a medida hoje parecem surpreendentes. A polêmica apaixonou a imprensa da época e provocou debates inflamados. Afinal, a varíola, a febre amarela e a peste bubônica dizimavam a população carioca. Mas a campanha do médico sanitariano Oswaldo Cruz, visando a erradicar o primeiro desses males, foi veemente-



mente rechaçada. Confundiu-se com a revolta contra a demolição das habitações populares causada pelas obras de reurbanização da cidade, a exploração nas fábricas e a prepotência das autoridades. E mesmo intelectuais, como Rui Barbosa, engajaram-se contra a obrigatoriedade da vacinação.

Para o escritor Sérgio Lamarão, da Universidade Federal Fluminense, “conduzida de forma arbitrária, sem os necessários esclarecimentos à população, a campanha da vacina obrigatória canalizou um crescente descontentamento popular. Deve ser entendida como uma consequência do processo de modernização excludente concentrado, no tempo e no espaço desencadeado pela reforma do prefeito Pereira Passos, como foi considerado pelas autoridades, como uma reação explosiva da massa ignorante ao progresso e às inovações”.<sup>6</sup>

O episódio não pode, entretanto, ser reduzido a uma reação ao progresso, como pretenderam alguns intelectuais e uma parte da imprensa da época. A Revolta da Vacina também tem sido interpretada como fruto de manipulações políticas de segmentos da elite brasileira descontentes com o governo liderado por Rodrigues Alves. Entre eles, militares ligados a Floriano Peixoto, intelectuais positivistas, republicanos radicais, monarquistas e a população atingida pela reorganização do espaço urbano empreendida pelo prefeito Pereira Passos.

Com o propósito de modernizar a capital, o então presidente da República Rodrigues Alves dera plenos poderes ao prefeito Pereira Passos e ao médico sanitarista e diretor da Saúde Pública, Oswaldo Cruz, para porem em prática um grande projeto urbano, que podia resumir-se na palavra *modernização* – mas um tipo de modernização que se processou “de cima para baixo”, sem a anuência de muitas camadas da população carioca.

O projeto expandiu-se ao longo de três eixos: melhoramento do porto do Rio de Janeiro, remodelação urbana e saneamento. O presidente Rodrigues Alves tinha uma visão global da reorganização



“Um calhambeque malsinado” (*O Malho*, 29/9/1904; charge de Leonidas)

ou modernização da cidade, e de seu alcance nacional e internacional. “O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase que exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro”, dizia.

O prefeito Pereira Passos, ele mesmo filho de um cafeicultor do Vale do Paraíba, havia assistido, em Paris, a uma das fases mais difíceis da reforma da capital francesa levada a cabo por Georges-Eugène Haussmann<sup>7</sup>. Como prefeito do Rio, Pereira Passos iniciou a reforma que ficou conhecida como o *bota-abaixo*: cortiços e prédios velhos foram demolidos (ao todo, 614 habitações) e, em seu lugar, surgiram grandes avenidas, modernos edifícios, praças e jardins. O lado negativo foi que milhares de moradores desalojados à força, sem opção, tiveram de se mudar para a periferia da cidade e para os morros. Foi a intensificação do processo de crescimento das favelas na cidade. O caráter político do movimento pode ser visto na declaração do senador e coronel reformado Lauro Sodré, presidente da Liga contra a Vacina Obrigatória:

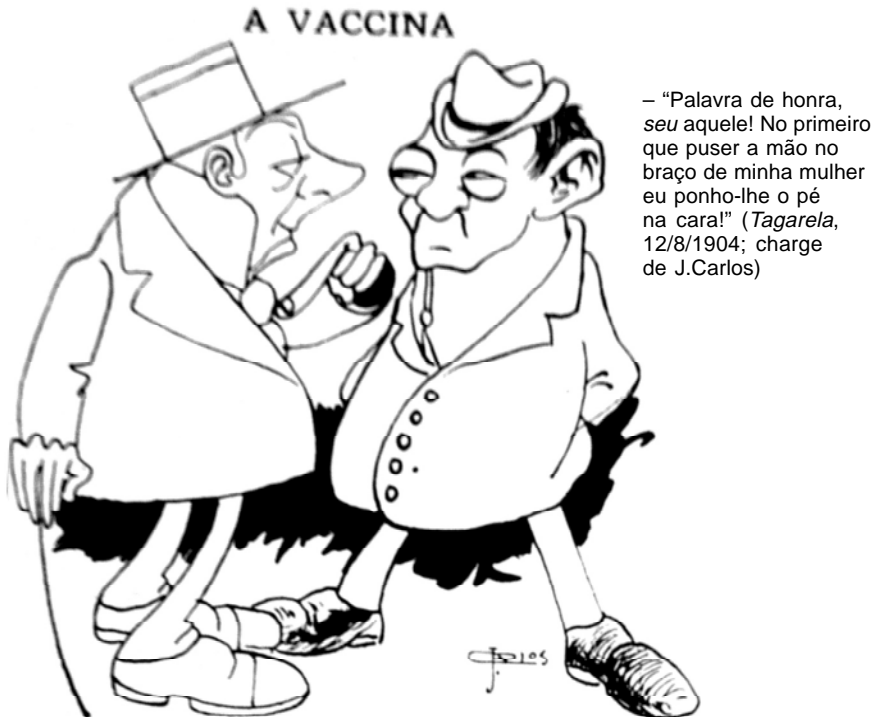
(...) esse governo só tem o rótulo de republicano, porque isto que nós temos como forma de governo é uma república falsificada e deve haver a repulsa porque à Nação assiste o direito de repelir a força pela força (...). Essa lei iníqua, arbitrária e deprimente provoca a reação, que deve ser feita por toda expressão. Talvez nunca mais se repita, devido às mudanças ocorridas na sociedade brasileira, e ao fato de que temos vastas massas inermes de miseráveis e deseducados, que sempre se submetem passivamente a todos os tipos de indignidades que ocorrem diariamente na área da Saúde. Mas, até quando?<sup>8</sup>

Oswaldo Cruz, por sua vez, criou as Brigadas Mata-Mosquitos, grupos de funcionários do Serviço Sanitário que, acompanhados de policiais, invadiam as casas – e tinham até mesmo autoridade para mandar derrubá-las nos casos em que as considerassem uma ameaça à saúde pública – para desinfecção e extermínio dos mosquitos transmissores da febre amarela. Para acabar com os ratos, transmissores da peste bubônica, mandou espalhar raticida pela cidade e tornou obrigatório o recolhimento do lixo pela população. E, finalmente, para erradicar a varíola, lançou a vacinação obrigatória.

Os moradores da cidade, principalmente aqueles dos bairros mais pobres, estavam revoltados com a perda de suas casas, a truculência dos mata-mosquitos e assustados com as notícias divulgadas pelos jornais de oposição sobre os supostos perigos da vacinação. Os alvos eram o prefeito, o “bota-abaixo” e Oswaldo Cruz, o “general mata-mosquitos”. O projeto de regulamento da vacina obrigatória, por sua vez, foi apelidado “código de torturas”. Debates agitados no Congresso eram acompanhados pela agitação nas ruas, promovida pelo Apostolado Positivista, por oficiais descontentes do exército, monarquistas e líderes operários, todos eles mais tarde aglutinados na Liga contra a Vacina Obrigatória.

A vacina contra a varíola havia sido descoberta 200 anos antes, pelo médico inglês Edward Jenner. E, apesar de ter eficácia comprovada há pelo menos cem anos, grande parte da população desconhecia e temia os efeitos que ela poderia causar. Existiam ainda argumentos mais curiosos, como o de que a vacinação era um atentado ao pudor das mulheres, que teriam de desnudar os braços (ou, conforme boatos mais radicais, de despir-se) para os vacinadores.

A Revolta da Vacina não durou muito. A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a declarar estado de sítio em 16 de novembro de 1904. No entanto, sua repercussão foi imensa e seus efeitos, tanto no campo da Saúde Pública como nas áreas política, econômica e social, se fizeram sentir por longo tempo.

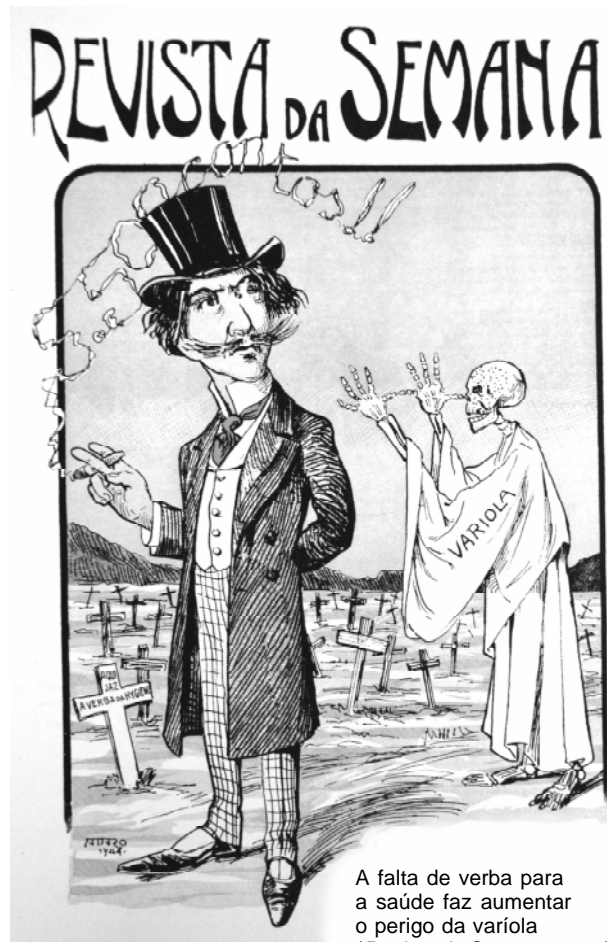


## A história da vacina

A varíola é transmitida por um vírus que se dissemina pelo ar, sendo, por isso, uma doença mais difícil de ser combatida do que aquelas que têm como vetores de transmissão insetos ou outros animais. Além das intoxicações, febres e dores, a varíola causa bolhas – as *bexigas* – no corpo da pessoa infectada.

Já na Idade Média, a tentativa de prevenção da varíola esteve ligada à crença popular segundo a qual seria possível evitar certas doenças com a aplicação de material similar ao da moléstia que se queria prevenir. A técnica de variolização, comum em alguns países naquela época, consistia na aplicação, em pessoas saudáveis, de material proveniente das pústulas dos varilosos, provocando uma forma branda da doença e a conseqüente imunização. Essa prática trazia riscos sérios, como a morte de dois a três por cento dos inoculados e mesmo o agravamento de uma epidemia.

Durante todo o século XVII, a varíola foi problema freqüente no Brasil, principalmente no inverno. Apesar disso, somente no final da década de 1790 as autoridades médicas portuguesas passaram a incentivar a prática da variolização na colônia. Nessa época, já havia uma divisão nos meios científicos entre os favoráveis a esta técnica e aqueles que defendiam o método recém-descoberto por Edward Jenner. Em 1798, ele publicou o resultado de uma pesquisa em que investigara a imunização à varíola de camponeses ingleses. Estes diziam que as pessoas que lidavam com o gado não pegavam a doença. O médico investigou a crença popular e conseguiu comprovar que os camponeses contraíam, em geral nas mãos, uma moléstia comum nas tetas das vacas, que conferia imunidade contra a varíola. Curiosamente, a doença era chamada de *vacina* (de “vaca”), palavra que passou a designar o produto feito em laboratório.



A tese de Jenner, entretanto, teve de enfrentar diversos obstáculos para ser aceita, mesmo nos meios científicos mundiais. Alguns médicos temiam as conseqüências que poderiam advir da transferência para o homem de uma substância extraída de animais. Houve até, mesmo entre os médicos, aqueles que receavam que as pessoas vacinadas adquirissem feições bovinas. Os chargistas desenhavam vacinados que desenvolviam chifres, rabos e tetas. Outro problema era a doença não ser comum entre o gado bovino, o que dificultaria a confecção das vacinas.

Para minorar o problema da transmissão da vacina extraída diretamente do animal, os médicos adotaram a vacina humanizada. Ou seja, depois da obtenção original do pus vacínico num animal contaminado, o material era aplicado no braço de pessoas. Passados alguns dias, o líquido da ferida provocada pela vacina era extraído do braço delas e passado adiante. O serviço dependia de os vacinados retornarem ao posto para a extração do líquido proveniente da inflamação. Os médicos achavam que seria mais eficiente extrair a substância do braço do vacinado e inoculá-la imediatamente no paciente seguinte. Por ser um método desconfortável e doloroso, grande parte dos vacinados não retornava, dando nome e endereços falsos. A vacinação tornou-se problemática no mundo ocidental.

A vacina jenneriana chegou ao Brasil no início do século XIX, no braço – literalmente – de um escravo, que pertencia a Caldeira Brant, o barão de Barbacena. D. João VI, entusiasta da novidade, já havia mandado organizar um serviço de vacinação. Também aqui, a vacinação encontrou séria resistência, tanto de parte da população como de alguns médicos. Em primeiro lugar, diziam, o método não tinha garantia absoluta e, com isso, alguns vacinados poderiam contrair a doença. Outro argumento era que a vacinação braço a braço, como foi usada a princípio, propiciava a transmissão da sífilis, descoberta feita em meados do século XIX por pesquisadores europeus.

Em seus primeiros tempos, a meta era a imunização dos escravos. Sua adoção passou a ser incentivada a partir da publicação do alvará de 4 de abril de 1811, que criava a Junta de Instituição Vacínica.

Em 1904, o maior obstáculo foi a rejeição popular às práticas violentas empregadas pelas autoridades da Saúde Pública e pelos vacinadores, que envolviam até mesmo o uso da força policial para obrigar o comparecimento dos vacinados, em data marcada, para a verificação e extração de líquido da pústula. Intelectuais de renome engajaram-se na campanha contra a va-

ríola e alguns deles, como Rui Barbosa, assumiam seu medo quanto aos possíveis efeitos da injeção:

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte.<sup>9</sup>

Outro motivo importante para a rejeição à vacina era cultural. O grande contingente de escravos africanos suspeitava da medicina dos brancos e preferia recorrer às práticas tradicionais de seus curandeiros. Segundo as tradições dos negros descendentes dos grupos bantus e iorubás, as epidemias de varíola eram um castigo infligido por Omolu ou Obaluaiê, seu orixá. Consideravam mesmo ser a doença uma espécie de purificação pelos seus pecados. Vacinar-se, então, causaria mais epidemias e mortes. A intervenção médica neste assunto seria um ato dispensável e mesmo ilegítimo, pois apenas aos sacerdotes de Omolu caberia esta tarefa.

Cultos e sacrifícios rituais eram oferecidos aos orixás, pedindo a proteção contra o mal. Assim, era difícil que a vacina vinda dos médicos tivesse credibilidade entre os seguidores do candomblé. E era preciso resistir a ela.<sup>10</sup>

Além de todos esses motivos, espalhou-se o boato de que a vacina seria aplicada nas nádegas, mesmo nas mulheres, o que violentava o código de valores morais da época. Já as classes populares mantinham-se fiéis às suas práticas de cura tradicionais, desconfiando das “novidades” propostas e impostas pelos responsáveis pela saúde pública.



Assim, para além de uma rejeição ou negação dos valores de civilização e progresso que se tentava materializar na cidade do Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina, na sua dimensão popular, trazia em seu bojo a defesa e a afirmação de uma outra lógica de interpretação do mundo.<sup>11</sup>

Entre julho e agosto de 1904, o número de vacinações caiu 74 por cento, devido a um fato ocorrido nesse período: a morte de uma mulher por infecção, supostamente causada pela aplicação da vacina. O diagnóstico, entretanto, foi negado por Oswaldo Cruz.



Oswaldo Cruz, o “Luiz XIV da Seringação” ou “Oswaldo, o Cru” (cerca de 1904; publicação e autor não identificados)

## Túmulo dos estrangeiros

Apesar dos atrativos das belezas naturais, do clima agradável e da ebulção cultural, o Rio de Janeiro ganhou a triste reputação de cidade pestilenta. Devido às constantes epidemias de doenças mortíferas, os navios que atracavam na capital eram submetidos a frequentes quarentenas, prejudicando a política de estímulo à imigração estrangeira e acarretando enormes prejuízos à economia nacional.

Em 1895, ao atracar no porto da cidade, o navio italiano *Lombardia* perdeu 234 de seus 337 tripulantes para a febre amarela. Uma companhia europeia de viagens tranquilizava seus clientes com a propaganda: “Viaje direto para Argentina sem passar pelos perigosos focos de epidemias do Brasil”. Os cariocas, por sua vez, diziam: “Anos de manga, anos de febre amarela”, estabelecendo a relação entre a doença e o calor, a umidade e a época das mangas, ou seja, de novembro a abril.



“Na câmara ardente” (a suposta morte da vacina obrigatória; *O Malho*, 3/12/1904; charge de Leonidas)

Além de capital e maior cidade do país, o Rio já tinha perdido para Santos a supremacia de maior cidade exportadora de café, mas era grande importador de imigrantes para trabalhar nas lavouras do produto, carro-chefe da economia nacional. A oligarquia cafeeira paulista dava as cartas no cenário político e era a base de sustentação do presidente Rodrigues Alves, ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP).

Rodrigues Alves era uma peça central do conjunto da situação. Ele tinha uma grande tradição de participar como membro do governo em decisões que tivessem cunho centralizador. E que vinculassem o país com interesses do mercado internacional, do capital. Ele era capaz de fazer essa articulação com uma largueza de visão que permitia que os negócios da cafeicultura estivessem em perfeita sintonia com as demandas especulativas do mercado europeu, particularmente dos interesses ingleses.

Foi com a reforma do Porto de Santos, quando ele foi governador de São Paulo, que Rodrigues Alves começa a perceber o quanto qualquer medida tomada no sentido de profilaxia social acaba reduzindo enormemente a incidência dessas endemias. Lá ele combateu a varíola e a febre amarela.<sup>12</sup>

Segundo os cafeicultores, além de vergonha nacional, as condições sanitárias da capital da República impediam a chegada de investimentos, maquinaria e mão-de-obra estrangeira. A gestão da saúde pública revestia-se, naquele momento, de importância fundamental.

O combate às doenças tornara-se uma demanda urgente. O Rio de Janeiro precisava adaptar-se, tanto no que se referia ao urbanismo quanto à salubridade, ao dinamismo capitalista, para ficar em condições de receber, de braços abertos, a modernidade burguesa: gestores e funcionários europeus das grandes empresas, funcioná-

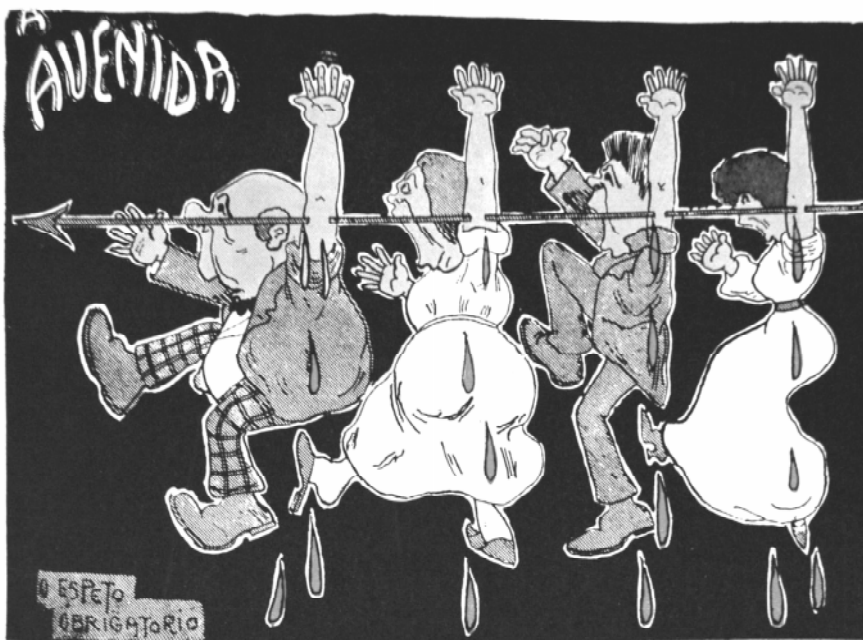
rios para trabalharem nas agências de câmbio, nos bancos, nas fábricas, nas estradas de ferro, e para oferecer melhores condições à circulação tanto das pessoas quanto das mercadorias. Era preciso acabar com a sujeira nas ruas, com as mercadorias – sardinha, bacalhau, verduras – espalhadas pelas calçadas estreitas, com as casas de ópio dos chineses e a prostituição de polacas e francesas na zona portuária – denominada “a pequena África”, com as epidemias freqüentes. Assim como a reforma urbana e a reforma do porto eram fundamentais para o comércio internacional, a Lei da Vacina Obrigatória o era para combater as mortandades causadas pela varíola.

Foi por volta de 1904, ironicamente, que ficou célebre o *slogan* “o Rio civiliza-se”, inventado pelo cronista Figueiredo Pimentel<sup>13</sup>. Rodrigues Alves, que tomara posse dois anos antes, designou o médico sanitariaista Oswaldo Cruz para titular da Diretoria-Geral de Saúde Pública – DGSP. Baseado nas então recentes conclusões de pesquisadores norte-americanos sobre a transmissão de moléstias e nos projetos de combate ao mosquito transmissor da febre amarela, implementados por Emílio Ribas no interior paulista, Oswaldo Cruz passou a dirigir uma “grande cruzada” contra as doenças da cidade. A indicação de seu nome havia sido feita por Salles Guerra a J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pasta à qual a DGSP estava subordinada. Indicação aceita pelo presidente Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz tomou posse no dia 23 de março de 1903, acumulando o novo cargo com o de diretor do Instituto Soroterápico. “Dêem-me liberdade de ação e eu exterminarei a febre amarela dentro de três anos”, prometeu.

Oswaldo Cruz muito precocemente percebeu que o que afetava as pessoas, as doenças, tinha um substrato social importante. O que ele fez foi desideologizar muito a questão da saúde. Ele quebrou alguns mitos. Essa articulação entre a situação

econômica, e não a situação racial ou genética, em que o negro, o pardo eram considerados doentes.<sup>14</sup>

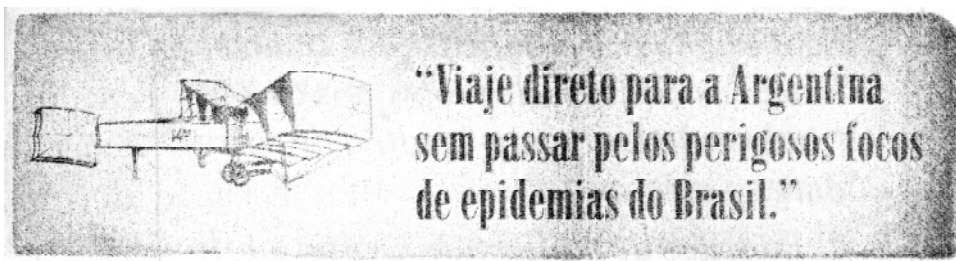
Enquanto ele se encarregava da reforma sanitária, o engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito da capital com poderes discricionários, executava a reforma urbana. Mais de 600 cortiços considerados “insalubres” foram derrubados no centro da cidade. Era o combate aos “miasmas”, definidos na época como emanações de gases e odores provenientes de matéria orgânica em decomposição e de moléstias contagiosas, causadores de doenças epidêmicas. Os pântanos eram considerados os principais focos de exalação dos miasmas. Já os morros, impediriam a circulação dos ventos capazes de dissipar esses gases pestíferos. Deles desciam as águas dos rios e das chuvas que estagnavam na planície sobre a qual se erguia a maior parte construída da cidade.



“O espeto obrigatório” (A Avenida, 1º/10/1904; charge não assinada)

Os higienistas da época, por sua vez, condenavam outros aspectos da vida urbana: corpos enterrados nas igrejas, animais mortos nas ruas, lixo e valas a céu aberto. Por outro lado, centenas de casas foram demolidas para a construção das atuais avenidas Passos e Rio Branco. Populações de bairros inteiros foram desalojadas à força e ficaram sem ter para onde ir, já que não houve um plano de construção de moradias populares, e se refugiaram nos morros e na periferia da cidade. Foi um dos lados negativos da modernização.

(...) À sombra da modernidade, agravavam-se as condições de vida da população trabalhadora. Nos morros, as favelas expandiam-se. Os salários eram miseráveis e o desemprego alcançava índices absurdos. (...) A melhoria das condições sanitárias seria realizada de forma antipopular, facilitando que as massas trabalhadoras fossem arrematadas pelo radicalismo jacobino. (...) Só a repressão policial e a violência impunham o sucesso da higiene dos novos tempos. Ao menos, a cidade ficaria livre das doenças. Oswaldo Cruz e o aparato sanitário governamental poriam fim às epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica.<sup>15</sup>



Anúncio de uma agência de viagens europeia, no começo do séc. XX: o Rio era o "túmulos dos estrangeiros"

Oswaldo Cruz também propunha a reforma dos serviços de saúde, duramente combatida pela oposição. A primeira campanha do novo diretor do DGSP foi contra a febre amarela, já em abril de 1903. Para atacar a doença, o sanitarista seguiu uma teoria dos médicos cubanos, que apontava um tipo de mosquito como seu transmissor. Brigadas de mata-mosquitos passaram a desinfetar ruas e casas. Mas a população custou a acreditar que um simples mosquito pudesse ser o responsável pela febre amarela. Para isso correu a opinião de quase toda a imprensa, que ridicularizava a campanha de Oswaldo Cruz.

No início do ano seguinte, foi a vez da peste bubônica. Para acabar com a peste, transmitida pela pulga do rato, um esquadrão de 50 homens percorria a cidade espalhando veneno e removendo o lixo. Um novo cargo público foi criado: o dos compradores de ratos, que saíam pelas ruas pagando 300 réis por rato capturado. O fato deu origem a criações piratas do animal e ficou registrado em músicas populares, como a famosa polca “Rato, rato”, de Casemiro Rocha e Claudino Costa, muito ouvida no carnaval de 1904, e nesta cançoneta da época:

Faço negócios de ratos  
Sou uma grande ratazana  
Sustento um mano e uma mana  
Três filhos e quatro gatos.  
O que me faz afligir  
O que agora mais me dói  
É não poder impingir  
Mais ratos de Niterói.<sup>16</sup>

Apesar de tudo, a queda dos índices dessas doenças, nos anos que seguiram, mostram que as campanhas foram vitoriosas. O mesmo não sucedeu no combate à varíola, em 1904, devido à forte reação popular.

## Humana Lei ou Lei Obscena?

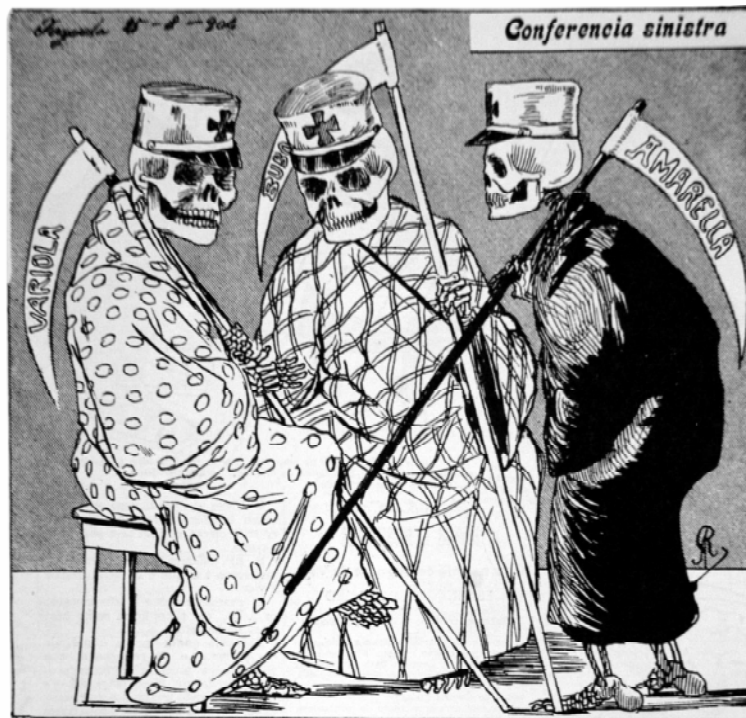
O combate à varíola dependia da vacina. Desde meados do século XVI, a varíola, que tomava forma epidêmica no inverno, fazia numerosas vítimas na cidade do Rio de Janeiro. A aplicação da vacina descoberta por Jenner tornara-se obrigatória, no Brasil, a partir de 1837, para as crianças, e em 1846, para os adultos. Apesar da eficácia comprovada, foram leis jamais cumpridas. Em primeiro lugar, porque somente em 1884 teve início a produção da vacina em escala industrial. E, mais ainda, pelo horror que a maioria da população tinha pela idéia de se deixar inocular pelo vírus da doença, horror esse intencionalmente manipulado por diversos segmentos para a consecução de outros objetivos.

Em 1904, em pleno combate à febre amarela e à peste bubônica, começaram a crescer assustadoramente os casos de varíola no Rio de Janeiro. No meio do ano, o Hospital de Isolamento São Sebastião já registrava 1.761 internações. Foi em junho de 1904 que Oswaldo Cruz apresentou ao Congresso projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e revacinação em todo o país, com cláusulas rigorosas como multas aos refratários e exigência de atestado para matrículas em escolas, acesso a empregos públicos, casamentos, viagens etc.

O projeto original tinha sido apresentado quatro meses antes pelo senador alagoano Manuel José Duarte. Era defendido pelo governo, para o qual a vacinação tinha um inegável interesse para a saúde pública, visto existirem inúmeros focos da doença no Brasil, o maior deles no Rio de Janeiro. Chamando-a de “Humana Lei”, lembravam seus defensores que a vacina havia sido adotada, com sucesso, na Alemanha, na Itália e na França.

A oposição reagia com argumentos que iam da truculência dos métodos de aplicação no Brasil, à pouca confiabilidade dos soros e,





“Conferência sinistra” (crítica a todo o trabalho de Oswaldo Cruz contra a peste bubônica, a febre amarela e a varíola, revista *Tagarela*, 25/8/1904; charge de R – Raul)

principalmente, dos vacinadores, e mesmo à moralidade discutível dos encarregados da campanha. Os opositores, de modo geral, não eram contra a necessidade da vacina, e sim contra as condições para sua aplicação e, principalmente, contra o seu caráter compulsório. “Uma lei arbitrária, iníqua e monstruosa, que valia pela violação do mais secreto de todos os direitos, o da liberdade de consciência”, bradava o senador e coronel reformado Lauro Sodré, positivista, líder maçom e uma das figuras centrais do episódio da Revolta da Vacina.<sup>17</sup> Além de parlamentar, Lauro Sodré era catedrático da Escola Militar da Praia Vermelha, onde era conhecido pelos alunos como “Tabernáculo da Ciência”. Discípulo de Benjamin Constant, difundia suas idéias positivistas entre os cadetes.

Na Câmara, o deputado Barbosa Lima, também positivista, lembrou o constrangimento moral a que seriam submetidas as mulheres ao terem de expor a estranhos partes íntimas de seu corpo como braços, coxas e nádegas:

(...) lei obscena, lei... ignominiosa, pois só o médico da Saúde Pública tem competência para dizer se tal criatura mostra a cicatriz da vacina em membro inferior, dando-se-lhe assim “carta de corso” para a mais infame pirataria, contra a qual todas as insurreições serão eternamente gloriosas.<sup>18</sup>

Para os positivistas, a vacinação obrigatória seria uma manifestação do despotismo sanitário e um atentado à liberdade espiritual. Além disso, criticavam a visão de modernidade de Oswaldo Cruz e Pereira Passos.

A proposta do sanitarista gerou um clima de intensa agitação social. Os grandes fatores de insatisfação popular vinham de muito antes da publicação, pelo jornal *A Notícia*, do projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, em 9 de novembro: degradação acelerada da qualidade de vida num espaço urbano cortado de pântanos malsãos e rodeado de morros; pelo crescimento veloz da população; pelo chamado *bota-abaixo* (“[...] até aquela data, a administração municipal e da Saúde Pública havia demolido 600 habitações coletivas e 700 casas, privando de teto pelo menos 14 mil pessoas”<sup>19</sup>), pela má qualidade das moradias (a população mais pobre vivia amontoada principalmente nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, em “cortiços” ou “cabeças-de-porco”<sup>20</sup> – casas de cômodos de aluguel em que, às vezes moravam 2 mil pessoas –, estalagens, *zungas* (hotéis de ínfima categoria); pelas dificuldades financeiras determinadas por uma política inflacionária que, para favorecer os cafeicultores de São Paulo, provocou a elevação do custo de

vida; pelos baixos salários; pelo aumento da insegurança pessoal devido ao crescimento da criminalidade.

A situação gerava insegurança social mesmo entre a elite, pois o palco principal dessas ações era a zona central da cidade – ruelas, becos, quartúculos –, dominada por uma população sempre a ponto de explodir, sobre a qual a polícia tinha pouco controle. O governo era diariamente criticado pela imprensa, devido ao número de homicídios, vadiagem, latrocínios, prostituição, roubos, arrombamentos, mendicância e alcoolismo na cidade.

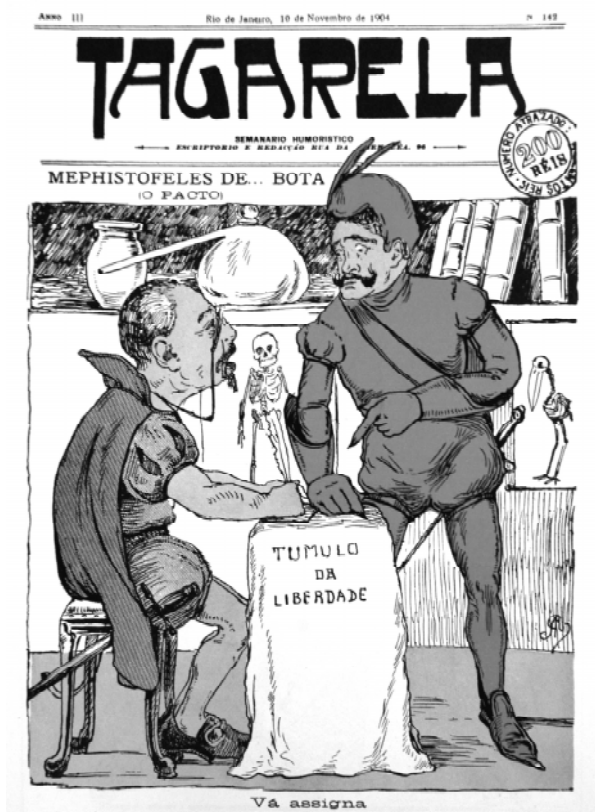
Nessas condições de insatisfação popular crescente, a rigidez do projeto de regulamentação da vacina obrigatória explodiu como uma bomba. A redação do decreto era inábil, pois Oswaldo Cruz não era político. Era também rígida e autoritária, encerrava cláusulas demasiadamente rigorosas. Abrangia todo o mundo, de recém-nascidos a pessoas mais velhas, obrigando a exames e reexames, a vacinações e revacinações, com ameaças de multas para refratários e demissões. A vacinação era também exigida para matrículas nas escolas, admissão a empregos públicos, casamentos, viagens etc.

Não havia qualquer preocupação com a preparação psicológica da população, de quem só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a Lei da Vacina Obrigatória. Infelizmente, não só para ela.

A insatisfação vinha sendo manifestada pelos jornais operários, alguns deles anarquistas, como *A União Operária*, *O Libertário*, *A Greve*, por manifestações de rua e pelas chamadas ligas de resistência (semelhantes aos sindicatos) que lutavam contra a opressão patronal. Também estavam nessa luta os socialistas do Partido Socialista Coletivista, que publicava o jornal *Brasil Operário*, autodesignado “órgão das classes operárias”.<sup>21</sup>

# Um golpe fracassado

Com a insurreição, a insatisfação popular foi habilmente explorada pela oposição política ao governo, pois a Campanha da Vacina era um projeto de responsabilidade direta da presidência da República. Em 5 de novembro de 1904, surgira a Liga contra a Vacina Obrigatória, dirigida por Vicente de Sousa e com o apoio de positivistas como Lauro Sodré e de outros segmentos, por vezes antagônicos, unidos no combate ao projeto.



"Mefistófeles... de bota"  
(revista *Tagarela*, 10/11/1904; charge de R – Raul)

Enquanto isso, Oswaldo Cruz tentava controlar a epidemia com medidas profiláticas como isolamento e desinfecção. A vacina só podia ser aplicada com o consentimento do doente e de sua família. Com o fortalecimento da campanha da Liga, entretanto, essas permissões diminuíram drasticamente: entre julho e agosto de 1904, o número de vacinas aplicadas caiu de 23 mil para 6 mil.

Apoiadas na lei federal, as Brigadas Sanitárias entravam nas casas e vacinavam as pessoas à força. Setores da oposição manifestaram-se contra as medidas autoritárias. Financiados pelos monarquistas, que viam no movimento uma chance de voltar ao poder, jacobinos e florianistas começaram a canalizar a insatisfação popular para um plano arquitetado tempos antes: um golpe de Estado para derrubar Rodrigues Alves, acusado de privilegiar os fazendeiros e cafeicultores paulistas. Alguns jornais simpatizantes cediam espaço para as idéias conspiradoras, em artigos e charges.

Sabe-se que um dos principais itens da plataforma de Rodrigues Alves era o saneamento completo da capital, com a extinção das endemias. No entanto, seu mandato já estava na metade e a varíola dominava a cidade. Durante dois meses, a oposição tentou, por todos os meios, obstruir o andamento do projeto de lei estabelecendo a vacinação obrigatória. Para ganhar tempo e adiar a sua aprovação, foram votadas mais de cem emendas. Apesar de tudo, o governo saiu vitorioso e a lei foi votada e regulamentada.

O golpe planejado era uma tentativa de devolver aos militares o papel que desempenhavam no início do regime. O núcleo revoltoso queria retomar os fundamentos de “uma nova república” baseada no ideário dos fundadores, em particular Benjamin Constant e seus discípulos, representados pela oficialidade jovem da Escola Militar da Praia Vermelha. Mediante o golpe de Estado em preparação, retornariam ao verdadeiro espírito republicano que, segundo achavam, não mais existia, aviltado pelas políticas consideradas grosseiras dos governos civis de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves.

Acompanhavam os militares os pequenos comerciantes, trabalhadores urbanos, funcionários públicos, profissionais autônomos, barcharéis sem emprego, locatários arruinados de imóveis.

O projeto era encabeçado pelos republicanos (jacobinos e florianistas), mas financiado pelos monarquistas, havia 15 anos afastados do poder pela República. Tinham a liderança do Visconde de Ouro Preto, e de Cândido de Oliveira, Andrade Figueira e Afonso Celso. O deputado Alfredo Varella, responsável pelo jornal O Commercio do Brasil, fazia a ponte de ligação entre os dois grupos, a soldo dos monarquistas. Embora as expectativas de cada grupo fossem diferentes, uniam-se naquele momento para insuflar a multidão.

A data de 15 de novembro fora escolhida também por motivos práticos. Nesta data haveria o desfile militar comemorativo e o general Sylvestre Travassos, um dos líderes da conspiração, seria o comandante das tropas que desfilariam. Só que os insufladores perderam a liderança dos rebeldes e o movimento tomou rumo próprio.

Gazeta de Notícias (15/11/1904): rebeliões militares, barricadas, trincheiras, assaltos

Ano XXXI (A.) Rio de Janeiro - Terça-feira 15 de Novembro de 1904 N. 380

**GAZETA DE NOTÍCIAS**

NUMERO AVULSO 100 RS. Stereotypada e impressa nas máquinas rotativas de Marinoni, na typographia da sociedade anônima «Gazeta de Notícias»

---

**A REVOLTA DOS ALUMNOS MILITARES**

**HOJE 4 PAGINAS**

**ALVARIA DA GAZETA**

**24 horas**

**INTERIOR**

**NOTAS e Notícias**

**UM ANIVERSARIO**

**GRAVISSIMO**

**OS FACTOS DE HONTEM**

**REVOLTA DOS ALUMNOS MILITARES**

**COMBATE EM BOTAFOGO**

**TOMADA DE DELEGACIAS**

**MOTINS NA SAUDE**

**Barricadas e trincheiras**

**Assalto a casas particulares**

**MORTES E FERIMENTOS**

Em um artigo de homenagem sobre a Revolução de 1904, o jornalista Carlos de Campos, em 1934, escreveu: «A Revolução de 1904 foi o primeiro movimento revolucionário que se realizou em nosso país, e que teve como resultado a queda do Império e a proclamação da República».

## Cronograma da revolta



Na Praça da República (foto), como em outros lugares, até os bondes foram derrubados

Entre os dias 10 e 18 de novembro, a cidade viveu o que foi chamado pela imprensa de “a mais terrível das revoltas populares da República”. A população saiu às ruas para protestar. O desfile militar do dia seguinte foi cancelado. A Escola Militar da Praia Vermelha, comandada por altos escalões do Exército, aliou-se aos revoltosos. Ao lado do coronel e senador Lauro Sodré e outros golpistas, cerca de 300 cadetes, armados, marcharam para o Catete. A guarda do palácio foi reforçada. Por meio de artigos e charges, a oposição utilizou os jornais para passar à população suas idéias conspiradoras.

*5 de novembro.* Sob a presidência do senador Lauro Sodré, é fundada a Liga contra a Vacina Obrigatória, no Centro da Classe Operária. Dela fazem parte outros líderes de tendências trabalhistas, com Barbosa Lima e Vicente de Souza. Tenta ser um núcleo aglutinador do movimento contra a vacinação, mas logo perde o controle da revolta.

*9 de novembro.* A regulamentação da vacinação obrigatória vaza para o jornal *A Notícia* e sai publicada com destaque. O projeto, em um texto pouco claro, regulamenta as condições de aplicação da vacina. É o estopim para a revolta.

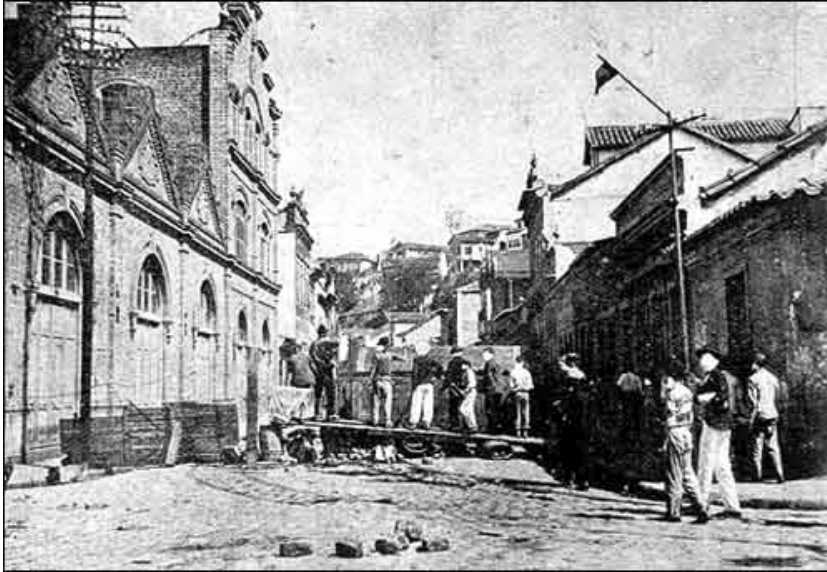
*10 de novembro.* Têm início as agitações, com grandes ajuntamentos no centro da cidade: Rua do Ouvidor, Praça Tiradentes e Largo de São Francisco. Oradores incitam o povo a se rebelar contra a lei. A polícia investe contra e prende esses oradores e a população revida com pedradas. A Brigada Policial entra de prontidão, com patrulhamento ostensivo no centro da cidade.

*Final da tarde.* Comício organizado pelos estudantes da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco, reúne grande número de manifestantes, entre eles alguns positivistas que denunciam o “despotismo sanitário” de Oswaldo Cruz. Em seguida, um grupo de pessoas segue pela Rua do Ouvidor em direção à Praça Tiradentes, em protesto contra a obrigatoriedade da vacina. Lá deparam-se com a cavalaria da Brigada Policial, que faz 15 presos. Os revoltosos revidam com pedradas e gritos de “morra a polícia” e “abaixo a vacina”.

Bondes começam a ser atacados. Lojas do Centro são apedrejadas. Nas ruas, ardem colchões em meio a latas viradas. Surgem barricadas. Até Copacabana, os lampiões são quebrados. Há escaramuças contra a polícia. No Senado, Lauro Sodré prega o levante armado.

*11 de novembro, manhã.* Nova aglomeração no Largo de São Francisco, convocada pela Liga contra a Vacina Obrigatória. Os líderes da Liga, entretanto, não comparecem e oradores improvisados tomam o seu lugar. Crianças soltam bombas de brinquedo. A polícia





Na Saúde (“Porto Arthur”), um dos centros da resistência, populares enfurecidos ergueram barricadas (desenho da época)

enfrenta a população que revida com pedras, pedaços de madeira e outros materiais das demolições do *bota-abaixo*. Uma carga da cavalaria, de sabre em punho, investe contra os manifestantes. Há feridos de ambos os lados e 18 pessoas são presas por uso indevido de armas. O comércio, bancos e repartições públicas fecham as portas. A população se dispersa pelas ruas do Teatro, Ouvidor e 7 de Setembro.

*Noite.* Recomeçam os conflitos no Centro, quando cerca de 3 mil pessoas se aglutinam em frente ao Centro das Classes Operárias, na Rua do Espírito Santo, onde se realiza nova sessão da Liga Contra a Vacina Obrigatória. A multidão se dirige para o Palácio do Catete. Há tiroteio e morre um civil. Por toda a parte, ouve-se o grito de guerra: “Abaixo a vacina!” O governo reage trazendo tropas de fora, de Niterói e até de São João del Rei. Batalhões da polícia protegem o palácio.

12 de novembro, 14b. A multidão toma a Praça Tiradentes. Anunciada, para esta hora, no gabinete do ministro da Justiça, reunião da comissão incumbida de assentar as bases do regulamento da vacina obrigatória.

À tarde. Mais uma vez, a população, convocada pela Liga contra a Vacina Obrigatória, se concentra no Largo de São Francisco. Lauro Sodré e Barbosa Lima tentam garantir a liderança do movimento, sem resultado. Crianças, montadas em pedaços de madeira, imitam os embates entre o povo e os policiais. O comércio fecha as portas. A cavalaria avança sobre o povo. Mais tiros e prisões. Obuses são lançados sobre os morros da Gamboa e da Saúde.

Os manifestantes voltam para o centro da cidade e, no Largo da Lapa, cruzam com um carro aberto vindo da Rua do Lavradio, conduzindo o chefe de polícia, Cardoso de Castro, escoltado pelo comandante da Brigada Policial e por um piquete de cavalaria. O carro é apedrejado pela multidão. Há tiros por todos os lados e os manifestantes se dispersam e passam a apedrejar bondes e a quebrar lâmpadas de rua.

Os soldados avançam, ocupando todas as ruas que dão entrada para a praça. O povo reage. De uma das janelas da Secretaria da Justiça, o general Piragibe dá ordens para a tropa. A praça é evacuada. A multidão refugia-se na Rua do Sacramento, onde há casas em ruínas e montes de material de construção destinados às obras da futura Avenida Passos. Das casas e do restaurante Criterium são lançados pratos, copos garrafas e pedaços de pau sobre a tropa, além de tiros. A cavalaria avança a galope, atirando. Um menino cai morto na calçada do Tesouro.

Entre as ruas do Hospício e Marechal Floriano Peixoto, um grupo reage, formando uma barreira. As vidraças do Tesouro e os combustores da iluminação pública são quebrados a pedradas. Mais bondes são virados, arrebentados e incendiados. Carroças, tálburis e carros de praça aumentam as barricadas. O tumulto se expande

para outros bairros. Fogueiras ardem no Largo de São Francisco e nas ruas dos Andradas, do Teatro, 7 de Setembro e da Assembléia.

*Noite.* Dos sobrados da Rua de S. Jorge, tiros são dados sobre a tropa. Cerca de 4 mil pessoas se reúnem na Rua do Espírito Santo, perto da Praça Tiradentes. Ali perto, no Centro das Classes Operárias, terminava uma reunião convocada pela Liga Contra a Vacina Obrigatória. Em passeata, a multidão homenageia o jornal *Correio da Manhã*, contra a vacinação, e apupa o *Jornal do Commercio* e o *Paiç*, favoráveis à política de saúde do governo. Populares destroem lâmpadas de iluminação pública em Laranjeiras.

*Dia 13, 18h.* O general Piragibe sai da Secretaria de Justiça, na Praça Tiradentes, e, à frente de tropas de infantaria e cavalaria, ordena que atirem sobre os revoltosos, que abandonam o local. Outro tiroteio ocorre, simultaneamente, na Rua Senhor dos Passos. Grupos munidos de paus e ferros quebram, um a um, os combustores de iluminação pública.

*18h10m.* O Corpo de Bombeiros sai do quartel central para apagar bondes virados que pegam fogo.

*18h40m.* As primeiras forças do Exército saem à rua para auxiliar a Brigada Policial. O Corpo de Marinheiros Nacionais desembarca no pátio do Arsenal.

“A Sra. já foi vacinada?”  
“Sim, na noite do casamento!”  
(*Avenida*, 8/10/1904;  
charge de Sil)



19h30m. Combates são travados na escuridão no Largo da Carioca e na Rua 13 de Maio. Os bondes que aí chegam são virados e incendiados. Na Praça 11 de Junho, cinco bondes ardem em chamas. O tráfego de veículos que se dirigem ao Centro é interrompido. A Companhia de Gás, no Mangue, é atacada pelos revoltosos. As linhas telefônicas são cortadas. O palácio do governo, as secretarias e os gabinetes de ministros ficam abertos e iluminados durante toda a noite.

Houve de tudo ontem. Tiros, gritos, vaias, interrupção de trânsito, estabelecimentos e casas de espetáculo fechadas, bondes assaltados e bondes queimados, lâmpioes quebrados à pedrada, árvores derrubadas, edifícios públicos e particulares deteriorados.<sup>22</sup>

14 de novembro, manhã, véspera do décimo quinto aniversário da Proclamação da República. Em vez de festejos, a cidade capital mais parece um campo de guerra, com tiros, barricadas, bondes tombados, trilhos arrancados, ônibus incendiados, calçamentos destruídos, lojas quebradas e saqueadas. Há uma grande concentração de manifestantes na Praça 11 de Junho e em toda a região onde houve as obras da reforma urbana.

As ruas do Centro transformam-se em local de batalha. O cenário é desolador: postes virados, paralelepípedos arrancados, restos de bondes queimados, vidros espatifados, latas, material de construção. Os veículos param de trafegar. Novos contingentes do Exército saem do quartel-general para dispersar os amotinados na Praça da República e adjacências. Delegacias e hospitais são invadidos. Uma circular expedida pelo chefe de polícia pede à população que desocupe as ruas, pois serão empregadas medidas rigorosas para reprimir os tumultos.

No bairro da Saúde, a delegacia policial é invadida pelos revoltosos. As casas do bairro são tomadas à força e transformadas em pequenas fortalezas. Uma força de infantaria de Marinha, co-

mandada pelo capitão de fragata Marques da Rocha, é impedida de chegar à Praça da Harmonia pelas barricadas. Outro sangrento combate é travado na Rua do Regente.

Casas de armas são saqueadas, assim como fábricas, estações das barcas e da estrada de ferro. Tropas da Marinha guardam a Câmara dos Deputados, o Senado, os Telégrafos, os gasômetros, os bancos, os Correios e a Alfândega. Os operários das fábricas de tecidos, na Gávea, aderem ao movimento. Um violento embate no Campo de Marte, em Realengo, envolvendo populares e cerca de 200 guardas civis em defesa do gasômetro central, deixa vários mortos e feridos. Os cadáveres amontoam-se nas casas em ruínas, pois os carros funerários temem sair às ruas.

No Clube Militar, com a presença, entre outros, do senador Lauro Sodré e dos generais Sylvestre Rodrigues da Silva Travassos e Olympio da Silveira, do major Agostinho Raymundo Gomes de Castro e do capitão Antônio Augusto de Moraes, há uma reunião com a finalidade de decidir os rumos do golpe anteriormente planejado. Decidem aproveitar o momento conturbado e começar a rebelião contra o governo com a sublevação da Escola Militar da Praia Vermelha e da Escola Tática de Realengo. A primeira ficaria sob o comando do general Travassos e a segunda do major Agostinho Raimundo Torres de Castro. O movimento nesta última é rapidamente sufocado pelo comandante Hermes da Fonseca.

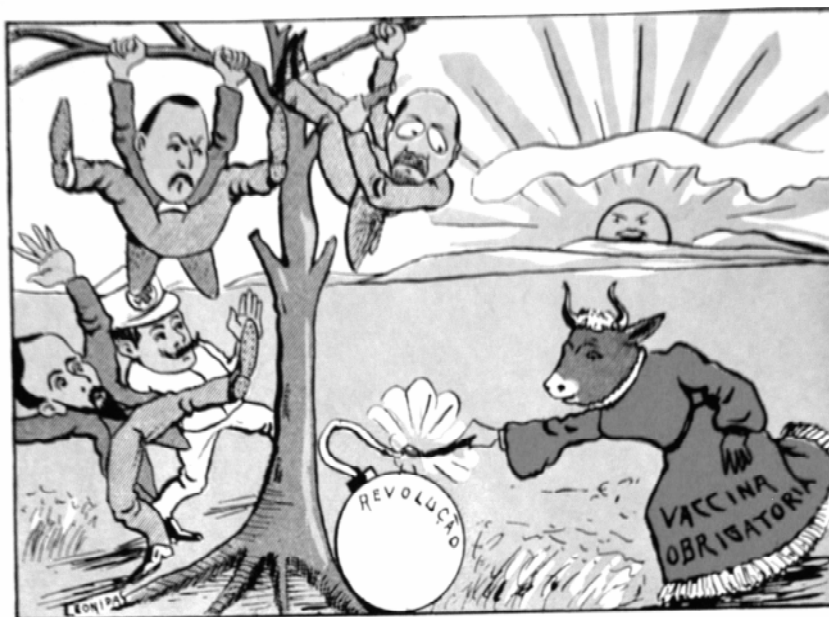
*18h30m.* O senador Lauro Sodré, em companhia do deputado Alfredo Varela e do general Travassos entram na Escola Militar e prendem o general Costallat, comandante da Escola da Praia Vermelha. O general Travassos se declara chefe do movimento revolucionário.

*23h.* Trezentos cadetes põem-se em marcha, com um canhão. Na altura do Edifício do Hospício, recebem o reforço de um esquadrão do Primeiro Regimento de Cavalaria e, na Rua General Severiano, de uma companhia de infantaria, seguindo pela Rua da Passagem. O governo, entretanto, já tivera tempo de preparar uma

ofensiva. Perto da Rua General Polidoro, encontram um regimento de infantaria, enviado pelo governo e sob o comando do general Antônio Carlos de Piragibe, piquetes de cavalaria e soldados da Força Pública. O confronto, que fica conhecido como Combate da Rua da Passagem, é travado na escuridão porque os lampiões da rua haviam sido quebrados. Há baixas dos dois lados. O general Sylvestre Travassos e o senador Lauro Sodré ficam gravemente feridos, sendo que o primeiro morre dias depois. As forças governistas debandam e os cadetes retornam à Praia Vermelha. Os dois lados se proclamam vencedores.

*15 de novembro, madrugada.* Navios da Marinha ancoram diante da Escola Militar. O encouraçado *Deodoro* e lanchas torpedeiras abrem fogo contra a Escola Militar.

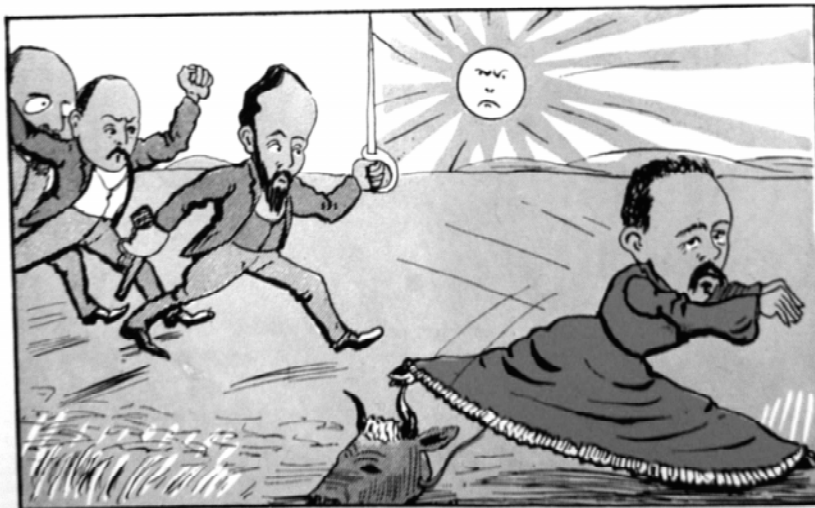
*Manhã.* Os cadetes se rendem. Fracassa a tentativa de golpe militar. Chega a ser sugerida a fuga de Rodrigues Alves para um



navio da Marinha de Guerra, mas o presidente recusa e passa a comandar pessoalmente a defesa do palácio.

*Durante o dia.* Nas ruas, os choques entre a população e as forças da polícia e do Exército sucedem-se em vários locais. Os primeiros atacam com balas, garrafas, latas vazias, pedaços de pau. Os outros, com tiros e o avanço da cavalaria. Bombas de dinamite explodem em vários pontos da cidade. Em Salvador, Bahia, um alferes tenta sublevar seu batalhão e acaba morrendo em combate com as tropas governistas. No Rio, o governo solicita reforços ao Exército e à Marinha, arma o Corpo de Bombeiros para participar da luta e convoca a Guarda Nacional. Determina o bombardeio de bairros e regiões limítrofes da cidade pelas embarcações de guerra.

Visando ao controle da situação, a cidade é dividida em três zonas militares: a primeira, o litoral; a segunda, abrangendo a Praça Tiradentes e as ruas Haddock Lobo, Frei Caneca, do Sacramento e



"A situação antes [página anterior]: Todos: – Livra, que raio de vaca brava nos saiu a tal vacina obrigatória...(…) Quer arrebentar tudo" – A situação depois: Os mesmos: – Olha quem ela era!... Não há nada como – máscaras abaixo! Cartas na mesa! Jogo franco! – À unha!" (*O Malho*, 29/11/1904; charge de Leonidas)

Barão de S. Félix; a terceira, compreendendo a Rua Marechal Floriano Peixoto, a Praça da República, a Estrada de Ferro São Cristóvão e o bairro de Vila Isabel.

Em mensagem ao Congresso, o presidente acusa o senador Lauro Sodré e os deputados Alfredo Varella e Barbosa Lima de autores do movimento que teria por objetivo entregar o poder a uma ditadura militar.

*Dia 16.* Os amotinados, armados de carabinas e revólveres, e organizados militarmente em postos avançados, ocupam todo o bairro da Saúde. Canos cheios de dinamite formam baterias nos morros do Livramento e Moratona. O Exército programa, para a noite, um ataque ao reduto apelidado de “Porto Arthur”, com trincheiras de mais de um metro de altura. Todo o calçamento do bairro é revolvido a picareta. Uma força de infantaria, comandada pelo alferes Jovino Marques, avança até a Rua da Imperatriz, destruindo a primeira trincheira. No Largo do Depósito, trava-se uma sangrenta batalha, com vários mortos e feridos.

O estivador e capoeirista José Horácio da Silva, o *Prata-Preta*, líder popular e chefe da revolta no bairro da Saúde, é preso e levado com outros companheiros em uma dupla fila de 150 soldados, de baioneta calada, dez abrindo a coluna de cavalaria e outros dez fechando-a.

O bairro é atacado por terra e por mar. O 7<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria marcha sobre a Praça da Harmonia, enquanto o encouraçado *Deodoro* prepara-se para bombardeá-lo.

O governo revoga a obrigatoriedade da vacina. Continuam, entretanto, conflitos isolados nos bairros da Gamboa e da Saúde. O Congresso Nacional decreta estado de sítio por 30 dias, no Distrito Federal e na Comarca de Niterói.

*Dia 20.* A rebelião é definitivamente esmagada, assim como a tentativa de golpe. Começa então, na cidade, a operação “limpeza”, com cerca de mil detidos e 460 deportados.



## A repressão

Extinta a causa, o movimento termina tão de repente como se iniciara. O levante militar chegou a repercutir na Bahia e no Recife, mas foi logo reprimido. Na capital, os militares acusados de subversão foram presos. A Escola da Praia Vermelha foi fechada, os cadetes desligados do Exército e exilados para regiões da fronteira. Os líderes civis foram processados e presos, e os populares envolvidos na revolta duramente punidos.

Uma semana depois de deflagrado o motim da cidade, Rodrigues Alves havia reassumido o controle da situação. Oswaldo Cruz, alvo principal das hostilidades, manteve-se na chefia da DGSP. Mesmo com a revogação da obrigatoriedade da vacina, permaneceu válida a exigência do atestado de vacinação para contrato de trabalho, viagem, casamento, alistamento militar, matrícula em escolas públicas e hospedagem em hotéis.



Cerca de dez dias depois, os líderes da revolta – civis e militares – foram embarcados em navios de cabotagem para guarnições militares da fronteira, no Rio Grande do Sul. Lauro Sodré ficou por quase dez meses em um navio de guerra. Outros chefes ocultaram-se até que o decreto de anistia lhes permitiu voltar às atividades.

Os militares que participaram do levante foram excluídos do Exército. Entre eles estavam nomes que mais tarde ocuparam postos de importância na política brasileira, como Eurico Gaspar Dutra, presidente da República de 1946 a 1950; João Mendonça de Lima, ministro de Viação no Estado Novo; Júlio Caetano Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Petróleo e líder da campanha “O petróleo é nosso”; Bertoldo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo, líderes do levante paulista de 1932; Dilermando Cândido de Assis, que alguns anos depois matou Euclides da Cunha; Valentim Benício da Silva, fundador da Biblioteca do Exército.

No dia 19 de novembro, oficiais e alunos que não tomaram parte no levante nem se declararam solidários foram postos em liberdade. Os outros chefes esconderam-se até que o decreto da anistia, em 20 de setembro, lhes permitiu voltarem às suas atividades, sendo anulada sua exclusão das fileiras do Exército. A medida favorecia apenas aqueles que requeressem o benefício, e apenas dois dos excluídos não o fizeram. Duas escolas militares foram fechadas.

Com os revoltosos civis, o tratamento foi bem mais duro. Em batidas que eram realizadas freqüentemente, qualquer pessoa poderia ser presa por estar sem documentos, por não ter ocupação comprovada ou até mesmo por estar malvestida. Há indicações de que houve 950 detidos e recolhidos, presos e enviados para a Ilha das Cobras. Desses, 461 foram presos, jogados nos porões dos navios do Lóide Brasileiro – as famosas “presigangas” – e deportados para o Acre, território recém-conquistado à Bolívia. O motivo: “rein-

cidência na vagabundagem”. Um dos navios, o *Itaipava*, chegou a levar 334 presos, entre crianças, velhos, brancos, negros e até estrangeiros, que viriam a morrer nas matas da Amazônia.

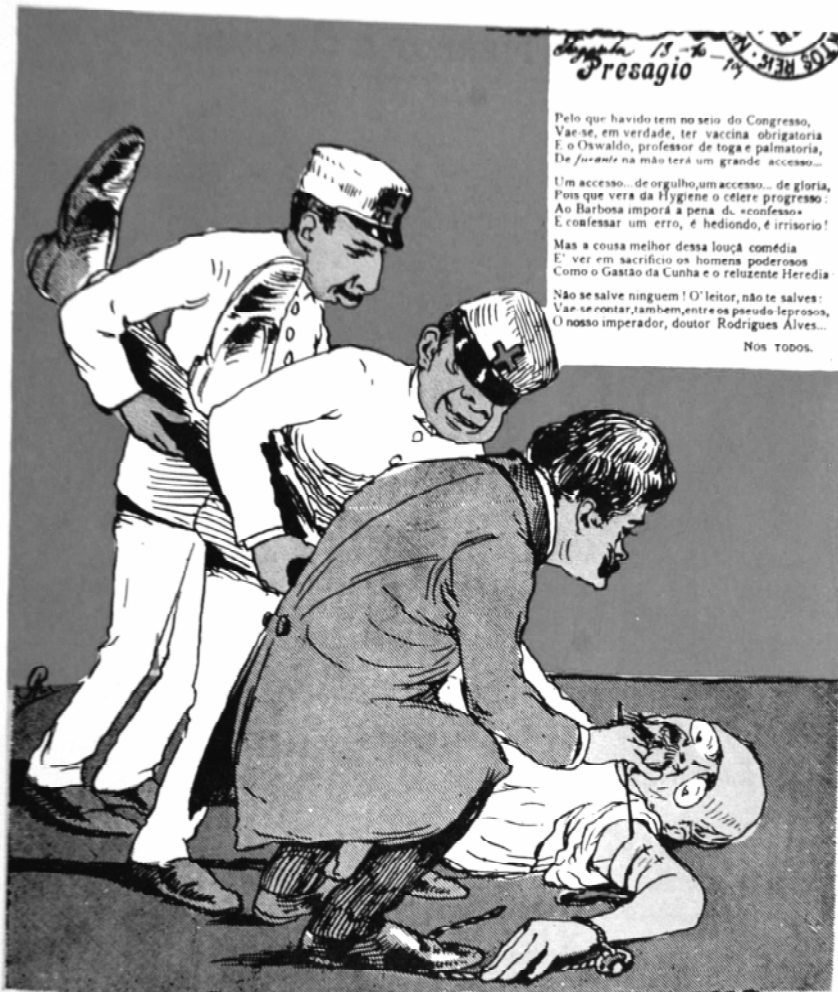
(...) sem direito a qualquer defesa, sem a mínima indagação regular de responsabilidades, os populares suspeitos de participação nos motins daqueles dias começaram a ser recolhidos em grandes batidas policiais. Não se fazia distinção de sexos, nem de idades. Bastava ser desocupado ou maltrapilho e não provar residência habitual, para ser culpado. Conduzidos para bordo de um paquete do Lóide Brasileiro, em cujos porões já se encontravam a ferros e no regime da chibata os prisioneiros da Saúde, todos eles foram sumariamente expedidos para o Acre

Muitos não resistiam aos rigores da viagem e morriam ainda no navio-prisão. O senador Barata Ribeiro chegou a compará-los aos escravos do navio negreiro descrito por Castro Alves. Os suspeitos originários das classes mais pobres eram considerados a “população perigosa” do Rio. Entre eles, os praticantes de capoeira que foram duramente perseguidos desde o final do século XIX. O rigor do estado de sítio mostrou sua face mais dura contra essas camadas desfavorecidas.<sup>23</sup>

Acerca do modo de interpretar a repressão que se seguiu ao motim popular, há grandes diferenças, conforme o ponto de vista. O comandante das forças policiais do Rio de Janeiro comenta, na esteira do presidente da República, Rodrigues Alves, para quem a população rebelde constava de “desordeiros e desclassificados de toda espécie”.<sup>24</sup>

Aqui e ali, em vários pontos, pode-se dizer que simultaneamente, ao mesmo tempo [*sic*], bandos de indiví-

duos educados na escola do vício e da malandragem, afeitos ao crime, vagabundos, desordeiros profissionais, malfeitores dos mais perigosos, a que se juntaram mulheres da mais baixa condição, ébrias e maltrapilhas, obedecendo, uns e outras, evidentemente, a um sinistro plano da Maldade, em cumprimento de ordens que deveriam ser executadas à risca, comiam toda a sorte dos mais graves atentados...<sup>25</sup>



O ataque dos aplicadores da vacina (Tagarela, 13/10/1904; charge sem autor identificado)

Situando-se em outro ponto de vista, o romancista carioca da Primeira República, Lima Barreto, faz um comentário sensível, e por isso bem diferente. Ele nota com perspicácia a complexa composição dos amotinados, “pessoas diferentes, de profissão, inteligência e moralidade”. E acrescenta, a respeito da repressão policial, durante o estado de sítio que fora então decretado para o Rio e Niterói:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as à delegacia, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebataba-lhes os cós das calças e as empurrava num grande páteo. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente. Eis o que foi o Terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes, de tronco de bacalhau.

(...)

Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.<sup>26</sup>

Na linha de Lima Barreto, o historiador contemporâneo Nicolau Sevckenko, várias vezes citado neste Caderno, pondera:

A violência policial se distingue não só pela sua intensidade e amplitude, mas sobretudo pelo seu caráter difuso. Não *importava* definir culpas, investigar suspeitas ou conduzir os acusados aos tribunais. O objetivo parecia ser mais amplo: eliminar da cidade todo o excedente humano, potencialmente turbulento, fator permanente de desassossego para as autoridades.<sup>27</sup>



O duelo entre Oswaldo Cruz e a varíola  
(*O Malho*, 7/3/1908; autoria de difícil identificação)

Em 1904, cerca de 3.500 pessoas morreram de varíola no Rio de Janeiro. Dois anos depois, esse número caía para nove. Mas o resultado da suspensão da lei que determinara a obrigatoriedade da vacinação antivariólica se fez sentir em 1908, quando um violento surto da doença assolou o Rio de Janeiro, fazendo 6.550 vítimas. Apesar disso, a regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória foi sendo protelada. Os serviços da DGSP que, segundo o regulamento de 1904 vigorariam por apenas três anos, continuaram a ser prorrogados pelo Congresso, sempre em bases provisórias. Oswaldo Cruz deixou a chefia do órgão em 1909, quando foi proibida a acumulação de cargos no serviço público federal. Tendo de optar, preferiu permanecer na direção do Instituto Manguinhos.

Finalmente, em 1908, no jornal *A Notícia*, Coelho Neto daria ao Rio de Janeiro o título de “Cidade Maravilhosa”. Em 1910, foi registrado um único caso de varíola na cidade.

O Rio deixava de ser, finalmente, “o túmulo dos estrangeiros”.

# A IMPRENSA NA REVOLTA

## Um ‘furo’ causa um motim

A relevância do papel da imprensa na Revolta da Vacina pode ser sintetizada na maneira como tudo começou: o estrondoso furo de reportagem do jornal *A Notícia*, divulgando o projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, rascunhado por Oswaldo Cruz.

O sanitarista, um médico, não dimensionou o impacto que o texto causaria se revelado. E o escreveu de forma direta, objetiva e disciplinadora. Depois, o distribuiu a alguns membros do governo para análise e a informação vazou para o jornal.

A rua era um grande lugar de comunicação, os *meetings* se formam nessa época. Pessoas andavam com páginas de jornais nas mãos e os que sabiam ler passavam as mensagens para os iletrados. Quando a regulamentação da vacina “vaza” na imprensa, seu formato é tido pela população como draconiano. O decreto teve que ser revisto, foi adocicado. Oswaldo Cruz não era político, suas correspondências mostram a dificuldade que tinha de fazer rapapés.<sup>28</sup>

Aos concorrentes restou repetir a informação da *Notícia* no dia seguinte. E, depois, criticar a divulgação do texto, vendo no vazamento proposital da informação uma jogada política para desestabilizar o projeto, e, conseqüentemente, o governo. Sobre o caso, escreveu a *Gazeta de Notícias*, em seu editorial, no dia 13 de novembro de 1904.

Há dois ou três dias que há uma agitação nesta capital. Os pormenores desse movimento anormal pertencem ao domínio do noticiário. É ele que fornece a minuciosa descrição da legitimidade das expansões populares e da reação dos sabres que representam o



prestígio da autoridade. A luta pelas opiniões, pelos princípios e pelas liberdades públicas começa sempre pela retórica inflamada, pela indignação condensada em troços de eloquência sugestiva e acaba pela intervenção cortante e contundente do sabre policial, para uns símbolo da ordem e da paz públicas e para outros instrumentos do arbítrio, da violência e da mais odiosa opressão.

(...) Não há ninguém, nem simples particular, nem investido de qualquer função pública, membro do governo, deputado ou senador, alto funcionário ou simples artista que não esteja convencido de que o regulamento não passa de um projeto, rejeitado *in limine*, e que esse documento tão prematuramente e tão maliciosamente dado à publicidade o único efeito que pode ter é desmoralizar a lei que pretendeu regular. Realmente a publicidade dada a um documento dessa ordem só se explica pelo seguinte dilema: ou a autoridade superior a quem ele foi submetido não refletiu nas conseqüências da publicação de um tal projeto, ou ela se fez à sua revelia, ou a permitiu e autorizou com o propósito de inutilizar a lei da vacinação obrigatória pela qual fez grande questão (...)

A Gazeta de Noticias (14/11/1904) acompanha o dia-a-dia da revolta



# Políticos X jornalistas: uma troca de papéis

No Rio do início do século, os jornais tinham um papel fundamental na divulgação das notícias.

Não havia rádio nem televisão. A imprensa era mais importante como meio de comunicação do que é hoje. Mas era profundamente partidária. Só o *Jornal do Commercio* tinha características informativas mais próximas do modelo de hoje.<sup>29</sup>

A relação dos políticos com os jornais aproximava-se da que existe hoje, excetuando-se, é claro, a existência do assessor de imprensa. Muitos escreviam artigos e eram, até mesmo, proprietários de jornais. Os queixumes de deputados e senadores na tribuna do Congresso, dizendo-se vítimas de perseguição por parte da imprensa, eram um exercício diário, como mostra trecho de matéria publicada na *Gazeta de Notícias*, no dia 2 de setembro de 1904:

O Sr. Teixeira de Sá respondeu às constantes increpações que lhe tem dito o *Jornal do Commercio* e o *Paiz* por considerar o orador inconstitucional a lei do selo de 1899.

Disse que tais increpações são somente feitas ao Estado de Pernambuco, quando outros como o da Bahia, o de S. Paulo, do Espírito Santo e outros têm procedido como o de Pernambuco em relação ao selo exigido pela União em papéis já sujeitos ao selo do Estado.

Pernambuco, na opinião do orador, tem procedido no rigoroso cumprimento do seu dever.

Concluiu dizendo que o caso, que pareceu tão grave e inaudito ao *Jornal do Commercio* e a *O Paiz* digno de excomunhão, não é daqueles que faziam antigamente com que o Papa chamasse ao concílio toda a cristandade.

Com o furo sobre a obrigatoriedade da vacina, *A Notícia* tornou-se referência durante a Revolta e passou a ter seu preço de capa superfaturado devido à grande procura, causando filas de compradores ansiosos por novidades. O fenômeno do aumento das vendas aconteceu, na verdade, com todos os outros jornais, como cita Lima Barreto no livro *Recordações do escrívão Isaías Caminha*:

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário em longos artigos solenes de que o governo era desonesto e desejava oprimir o povo, que aquele projeto visava enriquecer um projeto de fabricantes de calçado, que atentava contra a liberdade individual, que se devia correr a chicote tais administradores, tudo isso tinha-se encrostado nos espíritos e a irritação alastrava com a violência de uma epidemia (...).

No jornal exultava-se. As vitórias do povo tinham hinos de vitórias da pátria. Exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar sobre o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado 5 mil exemplares. Parecia que a multidão o procurava como estimulante para a sua atitude belicosa.

Desde que foi apresentado ao Congresso, o projeto de lei tratando sobre a obrigatoriedade da vacina teve seu desenrolar acompanhado de perto pelos periódicos. Os debates acalorados eram registrados nos jornais. Em 2 de julho de 1904, a revista *O Malho* trazia o tema em seu editorial:

Para começar uma crônica não é nada mau – o frio! Pois que venha ele à baila, assumir posição nestas colunas, já que nos anda a fazer tiritar por essas noites deliciosas de luar e por essas manhãs cerradas e úmidas.

Desconfio muito das boas intenções dele...

Lá me parece que é uma planta exótica nesta cidade de tempos quentes.

E depois vejam: é entrar o maldito e logo a Sra. D. Variola começa de reinar com a gente, conspirando adultos e crianças com a sua baba peçonhenta, enchendo os hospitais e os cemitérios...

Poste! E não haver um bom cabo de vassoura para te dar até cair!

Há a vacina jenneriana, que o Senado em um projeto de lei quer tornar obrigatória em todo o território da República. Pois que venha isso.

Do que esta República precisa é de vacina, incluindo as de ouro e... juízo.

Os jornais de linha governista, como o *Jornal do Commercio* e o *Paiç*, apoiaram a proposta, e designaram os revoltosos como a “turba” ou a “malta”. Já os títulos monarquistas, operários e positivistas lutaram contra a aprovação da lei em suas páginas, causando alarde na população.

Na ala de oposição da imprensa, a insatisfação com a linha editorial dos grandes jornais estendia-se ao projeto de remodelação da cidade, encampado pelo prefeito Pereira Passos. Aqueles que defendiam interesses da classe operária – a imprensa proletária – criticavam duramente a grande imprensa, acusando-a de elitista, que se calava diante das desapropriações feitas *grosso modo*, deixando a população dos cortiços sem moradia.

Se cogitarmos dessas disposições ilegais que o ditador da Prefeitura está pondo em prática, com o aplauso unânime da imprensa burguesa, será fácil

verificarmos que as classes antagônicas às dos operários e desprotegidos da fortuna nada sofrem, principalmente por essa imprensa, sempre disposta a vociferar desde que de toda a forma lhe afetem leis caducas postas em execução.<sup>30</sup>



Oswaldo Cruz, especialista em “perfuração arteriana” (revista *Avenida*, 3/9/1904; charge de Vasco)

# Aqui, como na Europa

Radicalismo à parte, a grande imprensa vivia a utopia de que o Brasil poderia ser uma extensão da Europa. De lá vinham os conceitos de beleza e organização. Roupas, músicas, culinária: quanto mais europeu e caro, melhor. Nossos elementos culturais eram menosprezados. Em vez da criação, a ordem era copiar, como refere a revista *O Comentário*, de setembro de 1903.

Sabem todos que essas batalhas de flores, tão animadas, elegantes e alegres quando feitas em Nice, em Viena e em Paris, são um divertimento de ricos com o qual tem o povo a ganhar: o gosto visual do luxo em exibição e a emoção artística nos aspectos ornamentais das carruagens. É, portanto, um meio de educar esteticamente os rudes e os pobres.

A dor e o sofrimento da classe operária não encontravam espaço nas páginas dos grandes jornais. Notícias de pobreza só existiam na divulgação de eventos beneméritos organizados por membros das classes dominantes ou na coluna de casos policiais. Um trecho da revista *O Malbo*, falando sobre o resultado das obras, dá o tom da época:

Ninguém reconhecerá hoje a praia imensa, pontilhada de horríveis quiosques que, há pouco mais de dois anos, manchavam aquela formosa enseada, enchendo de tristeza e de mau cheiro os cariocas da gema e os estrangeiros que por ali passavam. [...] Nada temos que invejar aos famosos passeios europeus.<sup>31</sup>

Baseados em interesses e ideologias, os periódicos adotaram na Lei da Vacina Obrigatória linhas de cobertura distantes da

isenção. A interpretação dos fatos variava de acordo com conceitos preestabelecidos. O historiador Claudio Bertolli Filho, em entrevista aos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, identificou alguns desses grupos de interesse:

Se o repórter cobria os eventos do cotidiano, as análises eram feitas por grupos de intelectuais tanto num quanto noutro setor. Os positivistas homeopatas repetiam o que haviam achado em um texto obscuro de Comte, no qual o filósofo francês se declarava contra a vacina sobretudo por ser um ato contra a liberdade do cidadão. Os chamados liberais (que incluía um segmento positivista, principalmente de médicos), mais afinados com a proposta modernizante de Oswaldo Cruz e, em geral, com o governo, ressaltavam a barbárie popular e a manipulação dos políticos descontentes com a República para condenar os que eram contra a vacinação e os amotinados. Tais grupos não estavam presentes apenas nos jornais e revistas populares, mas também nas publicações médicas e no Senado. Muitos textos positivistas que foram originalmente publicados em jornais, foram, nos anos seguintes, aglutinados e transformados em livros.

Tamanha preocupação com outros interesses que não o da saúde pública fizeram a lei ser aprovada sem definições importantes, que acabaram apresentadas num formato autoritário no texto de regulamentação redigido por Oswaldo Cruz. Poucos foram os representantes da imprensa que perceberam a situação, sendo uma louvável exceção o texto visionário publicado no editorial da revista *O Malho*, em 3 de setembro de 1904:

Por falar em filosofia: continua ardente o debate na Câmara sobre a vacina obrigatória. Os discursos sucedem-se. Cada qual mais eloqüentemente esforça-se por demonstrar que a vacina atenta contra a liberdade

da consciência. E como, desde que assim é, só o que há a fazer é rejeitar o projeto, ninguém se ocupa com ele, ninguém cuida de emendá-lo, corrigir o que ele tem de mau, acrescentar o que lhe falta. Um belo dia, o governo mandará que a maioria cumpra o seu dever; e a maioria – zás – aprovará o projeto. Então, quando já não for mais possível emendá-lo, surgirá uma série de questões práticas que cumprir resolver. O governo as resolverá no regulamento que expedir. E o mundo virá abaixo com o clamor contra o governo que está legislando por sua conta, como se ele pudesse fazer outra coisa! O pior em tudo isso é que a propaganda contra a vacina infiltrou-se na camada popular. Já ninguém se quer vacinar com medo de vir a morrer um dia de sífilis ou de tuberculose; infelizmente a varíola não lhes dá tempo de esperar esse dia: vai matando-os desde já. Tomem bem nota disto: já morreram de varíola este ano nada menos de 1.875 pessoas. Não se vacinem e verão até onde subirá esse número.

Aos positivistas coube um papel à parte, protagonizado nas páginas dos jornais com inflamadas discussões. Um debate temático onde preceitos eram questionados. Um exemplo é o artigo do homeopata Nilo Cairo, publicado a pedido, no jornal *Gazeta de Notícias*, em 26 de setembro de 1904.

A gentileza com que me honrastes, há alguns dias, dando publicidade nas colunas de vosso diário à carta que vos dirigi sobre a verdadeira opinião de Augusto Comte sobre a vacina, leva-me a pedir-vos uma segunda, e última vez, agasalho às presentes linhas, em que, bem a contragosto, sou levado a contestar a resposta com que me honrou, pelas colunas do *Jornal do Commercio*, o Apostolado Positivista do Brasil, representado pelo seu sábio e eminente chefe, o Sr. R. Teixeira Mendes. (...)



Isto posto, Sr. Redator, eu devo declarar-vos em primeiro lugar que, quando eu acusei o Centro Positivista de ter confundido, na sua brilhante campanha em favor da liberdade espiritual, os dois problemas (utilidade real da vacina e sua obrigatoriedade), eu me referia à mistura que o Apostolado fez, na atual campanha em seus artigos, dos argumentos contra a obrigatoriedade com os argumentos contra a eficácia real da vacina, de modo a apoiar quase sempre os primeiros nos segundos ou pelo menos na dúvida desta eficácia, fazendo assim crer no público (sobretudo pelos artigos do Sr. Dr. Bagueira Leal sobre os acidentes de vacinação) que este devia repelir a prática da vacina obrigatória, não porque ela constituía um atentado a sua liberdade espiritual, mas porque ela era prejudicial ao seu organismo e não o imunizava de coisa alguma. E isto, Sr. Redator, é verdade.

Também, Sr. Redator, na opinião do eminente chefe da Igreja Positivista, pode-se substituir, SEM HERESIA, qualquer opinião de A. Comte por outra equivalente, desde que esteja de acordo com o conjunto da sua obra e seus princípios fundamentais. Mas, com certeza, quem efetuar essa substituição, corrigirá, criticará e aperfeiçoará o Mestre, e quem tudo isto fizer, como Ele mesmo o diz pela epígrafe desta carta, não poderá mais ser por ele reconhecido como verdadeiro discípulo seu. (...).

A vacina como  
suposto assédio (revista  
*Avenida*, 5/11/1904)



# A imprensa dividida

A forma incisiva adotada pelos jornais na escolha de posição contra ou a favor da polêmica lei dividiu as empresas de comunicação em dois blocos no início da cobertura sobre o assunto. Em seus editoriais, os jornais trataram de definir aos leitores o ponto de vista defendido. Mas a opinião foi além do espaço reservado como canal da empresa com o público, e chegou claramente às matérias que divulgavam os acontecimentos. No bloco oposicionista, coube ao *Correio da Manhã* a liderança.

O jornal *A Tribuna* esclareceu ser a favor da vacina, mas não de forma obrigatória. Para o veículo, caberia ao governo garantir a adesão da população através do convencimento, com o uso da propaganda, como defende o texto publicado em 8 de novembro de 1904:

Embora convencidos de que a vacina jenneriana ainda é o único preservativo contra a varíola, temos combatido sempre nestas colunas a obrigatoriedade da vacinação, pensando que mais conseguiriam os adeptos deste meio profilático com a propaganda do que com a lei da coerção alcançada pelo governo do Congresso, onde uma minoria relativamente pequena pretendeu impugnar a sua passagem, combatendo com vigor o projeto do Senado (...).

A *Gazeta de Notícias*, em editorial de 23 de junho de 1904, defendeu com veemência a obrigatoriedade da vacina, alegando que, por tratar-se de uma doença contagiosa, não poderia haver a opção individual da recusa.

(...) No hospital de S. Sebastião existem 282 variolosos. O mais ligeiro inquérito provaria que todos esses en-

fermos ou quase todos pertencem às classes menos abastadas, o que quer dizer que a ação do poder público recai mais diretamente sobre essas classes do que sobre as outras que se tratam em domicílio. Ora, a moléstia não tem umas conseqüências nos pobres e outras nos ricos ou remediados. Ainda ninguém demonstrou que ela seja contagiosa nos pobres, nos que são recolhidos aos hospitais de isolamento, e deixe de sê-lo nos que são tratados em domicílio.

Não é, portanto, nem pode ser completamente eficaz, completamente tranqüilizadora a ação da autoridade sanitária quanto à epidemia desta moléstia.

Acresce que essa autoridade acha-se desarmada do único meio de combater essa epidemia: a vacinação obrigatória.

A câmara dos Srs. Deputados entendeu o ano passado que essa medida era vexatória para a população e atentava contra a liberdade individual. Para a rejeição dessa medida, também não deixou de contribuir a diversidade de opiniões sobre a eficácia desse meio preventivo da moléstia. Houve quem afirmasse a sua completa inocuidade, firmando-se no fato de morrerem de varíola indivíduos vacinados e revacinados. Salvo o respeito que devemos a tão abalizadas (...) estatísticas de toda a parte do mundo, pelas quais se demonstra que a varíola ataca e mata de preferência as pessoas não vacinadas e que quando essa moléstia ataca as pessoas vacinadas é de um modo atenuado. Ainda mais: em países onde, a cultura científica, não é obrigatória, e não que essa obrigatoriedade seja considerada um atentado à liberdade individual. E que individualmente toda a gente pode ter a sua opinião, acerca de que também as afeta pessoalmente.

Mas, quando se trata de moléstias contagiosas, é pelo menos esquisito que a lei imponha e obrigue o isolamento, determine e exija a remoção dos enfermos para hospitais especiais e não cogite na obrigatoriedade do único meio até hoje cientificamente conhe-

cido, para evitar o ataque da moléstia e no mesmo tempo a sua propagação. Diante deste disparate, o que resta à população é atender aos conselhos das autoridades competentes e recorrer à vacina espontaneamente, deixando de lado os ideólogos da liberdade que põe risco a saúde de muitos.

Antes do combate à vacinação obrigatória para deter a varíola, o *Correio da Manhã* já havia criticado medidas de profilaxia adotadas pelo governo, como o regulamento de higiene. O texto, publicado em 11 de março de 1904 e assinado por Gil Vidal, chamava a nova lei de “código de torturas”.



A Lei da Vacina, de Oswaldo Cruz, foi considerada, até, um “código de torturas” (*Revista da Semana*, 14/8/1904; charge de P. Isasi)

Realizaram-se as nossas previsões quanto aos regulamentos dos serviços sanitários a cargo da União. O que, sob seu nome, publicou ontem o *Diário Oficial*, compreende um verdadeiro código de torturas para a população desta cidade.

Uma só preocupação dominou o diretor de higiene, a quem o governo entregou a elaboração do regulamento: munir-se de todas as armas para constranger, vexar o particular, e quebrar todas as resistências às suas investidas e dos seus subordinados contra a liberdade individual e o direito de propriedade.

Multiplicaram-se os arroschos. Redobram-se as fintas. Criou-se um regime de intoleráveis rigores, perfeitamente escusados, porquanto, as próprias autoridades sanitárias, que elaboraram o regulamento draconiano, têm obtido magníficos resultados, de que se ufanam, sem recorrer aos extremos com que se vai oprimir o povo desta capital e tornar ainda mais ingrata a sua vida (...).

Acirrando os ânimos da população, o *Correio da Manhã* publicou a lista de abaixo-assinados contra a Lei da Vacina Obrigatória, divulgou reuniões do Centro das Classes Operárias, sempre citando generosos números de participantes, e incentivou a revolta usando os piores adjetivos para denominar a nova ordem.

Em linhas gerais, existiram jornais que criticavam o projeto de vacinação – seja por ver nele uma afronta aos direitos individuais ou por duvidar da validade científica da vacina, associada ainda às doenças causadas pelo processo de variolização – e os que se preocupavam em defender a sustentação científica da vacinação, apoiando o ato do governo.

Jornais como o *Correio da Manhã* tentaram se aproveitar do projeto de vacinação obrigatória para desgastar politicamente o governo. Nos meses que antecederam a revolta, o jornal publicou reportagens insis-

tentes apontando a suposta violência do projeto, que viria a ferir os direitos individuais dos cidadãos. Não podemos, porém, ver em tal campanha um fator determinante para os acontecimentos de novembro – pois mesmo quando tais jornais oposicionistas recuam, com temor da reação popular, os conflitos de rua se intensificam, mostrando que eram outras as motivações de boa parte dos revoltosos.<sup>32</sup>

Mas o *Correio da Manhã* não estava sozinho na oposição. Vislumbrando a chance de voltar ao poder, o movimento monarquista, liderado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto – que chefiara o último Conselho de Ministros do Segundo Reinado – usou como pôde a divulgação das notícias nos jornais para desestabilizar o governo republicano. Afonso Celso colaborava em vários jornais da capital federal. E o *Jornal do Brasil* tinha como sócios comendadores, viscondes, conselheiros e barões da extinta dinastia de Bragança, deposta em 1889. O jornal *Commercio do Brasil*, dirigido pelo deputado positivista Alfredo Varella, posteriormente acusado pelo governo da República de ser um dos líderes da Revolta da Vacina, era financiado pelos monarquistas. Devido aos violentos ataques, o *Commercio* acabou suspenso pelo governo.

O projeto de assalto ao poder estava sendo encabeçado pelos jacobinos e florianistas, financiado às ocultas pelos monarquistas, excluídos da política republicana.

Varella era o principal elemento de ligação entre os dois grupos, e o seu jornal, *O Commercio do Brasil*, ultra-agressivo, era o principal órgão de agitação do grupo conspirador. Os monarquistas, incentivando o conluio e mantendo a agitação antigovernamental na imprensa, esperavam herdar o poder como os únicos elementos capazes de restaurar a ordem (...).<sup>33</sup>

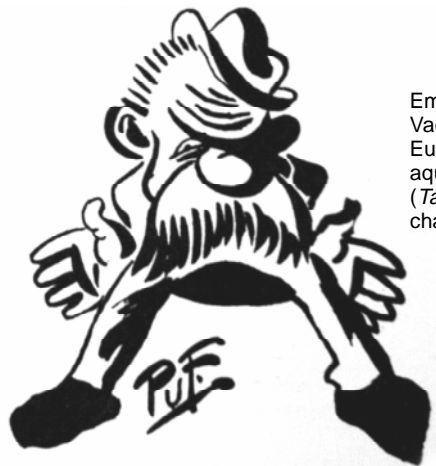
A situação fica clara em um trecho da reportagem publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, em 13 de novembro de 1904. Durante as manifestações populares da Revolta da Vacina, cada jornal, de acordo com a linha editorial adotada – contra ou a favor da obrigatoriedade –, era saudado ou vaiado pelos revoltosos.

Finda a sessão no Centro das Classes Operárias, a massa popular que saiu daquele Centro juntou-se à que estacionava nas suas imediações e assim formando um numeroso grupo de cerca de 2 mil pessoas, marchou pela Praça da República, Rua do Theatro, Largo de S. Francisco e Rua do Ouvidor.

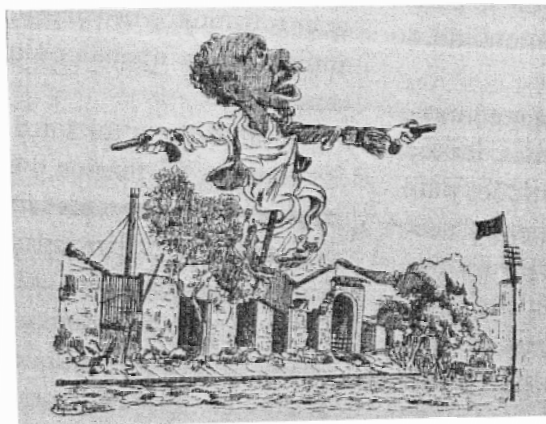
Pelo caminho levantavam gritos contra a vacina e os seus defensores e a polícia. Em frente às redações dos jornais davam palmas e aclamações a uns e vaias a outros (...).

Correram com insistência boatos de manifestações de desgosto aos jornais. O Dr. Chefe de Polícia mandou que imediatamente partisse para a Rua do Ouvidor uma força de 60 praças de cavalaria, a garantir os jornais, dos quais dois aceitaram essa medida de prevenção, os nossos colegas do *Jornal do Commercio* e *O Paiz*.

Alguns grupos, de fato, passaram em vozeria pela Rua do Ouvidor, mas nenhum desacato grave foi praticado.



Em defesa da Liga contra a Vacina: “– Ligo, sim, ora se ligo! Eu sou do povo e comigo é aqui no duro! Não me vacino!” (Tagarela, 10/11/1904; charge de PuF.)



“Prata Preta”, o herói da resistência popular, retratado como espantalho

A influência ideológica expressa nas páginas dos jornais acabou suavizada pela força da notícia em estado bruto. A revolução ganhou corpo e as mortes e prisões começaram a acontecer. Era a hora de buscar os fatos, sob o desafio de fazer a melhor cobertura jornalística. A rebelião de alunos da Escola Militar, entidade tradicional, ganhou enorme espaço no noticiário. O revoltoso Prata Preta, exímio capoeirista e líder popular, tornou-se lenda viva ao ter suas proezas relatadas nos periódicos, como símbolo da resistência. Nem a revogação da Lei da Vacina Obrigatória, dia 16, interrompeu o movimento.

A cobertura teve, basicamente, dois momentos. Até o dia 14 de novembro, a imprensa oposicionista tratava de publicar artigos e mais artigos criticando a medida do governo, e ridicularizando tanto o presidente quanto o sanitarista Oswaldo Cruz. A partir do início dos distúrbios de rua, no entanto, a cobertura passa a correr atrás dos acontecimentos. As primeiras páginas dos grandes jornais são tomadas por notícias variadas de conflitos em dife-



rentes lugares, na tentativa de captar a multiplicidade dos embates que se desenvolviam pelas ruas.<sup>34</sup>

A Revolta da Vacina foi divulgada por jornais de todo o mundo, que recebiam informações através de telégrafos. As opiniões e fatos divulgados em terras estrangeiras ganhavam repercussão na então capital, logo que publicadas nos principais jornais da cidade.

Os sucessos destes últimos dias, já se refletiram na imprensa européia, notadamente na da Bélgica e de Portugal donde o telégrafo nos diz a impressão de sobressalto ali causada.

O *L'Independence Belge*, entretanto, mostrava-se mais tranqüilo, dizendo que considera o Dr. Rodrigues Alves um estadista de senso prático que saberá restabelecer a ordem.<sup>35</sup>

A mesma edição destacava a vinda de um correspondente de São Paulo para cobrir os acontecimentos.

A fim de acompanhar *de visu* as graves ocorrências que se desenrolam nesta capital, o *Estado de S. Paulo* enviou, em missão especial, o seu redator Sr. José Borjoria, que chegou ontem pelo rápido (...).



“– Por bem, arregaço a manga e dou o braço até para torcer...”  
(*Correio*, 9/10/1904; charge não assinada)

## A vez dos censores

Termômetro social, a cobertura minuciosa da imprensa serviu como um dos subsídios para a implantação de regime ditatorial na cidade. No dia 16 de novembro, as principais esquinas da cidade ostentavam a seguinte nota, redigida pelo chefe de polícia:

Estando os direitos de reunião e de liberdade de pensamento subordinados a restrições explícitas nos §§ 8º e 12º do art. 72 da Constituição da República, e como estejam anunciadas reuniões públicas com o fim de ser impedida violentamente a execução de regulamento ainda não expedido e ordens emanadas da autoridade legítima, por meio de ameaças formais de subversão do sistema constitucional e com o sobressalto geral das famílias, o que tudo se conclui de atos inequívocos dos promotores dessas reuniões, de diligências da polícia e de largas notícias inseridas nos órgãos da imprensa diária desta mesma cidade, com repercussão em todos os Estados, faço saber aos que interessar possa que mandarei dispersar quaisquer reuniões dessa natureza, nos termos dos arts. 111 e 118 do Código Penal, procedendo-se em seguida contra quem de direito na forma da lei. – A. A. Cardoso de Castro.<sup>36</sup>

E, como nos principais momentos de eclosões sociais, veio a censura. Sob a acusação de que a imprensa inflamara a multidão, criando uma rede de boatos que ajudava à resistência do movimento, os jornais começaram a ser controlados pelo governo. O *Correio da Manhã* chegou a ter sua circulação suspensa, mas a ordem foi revogada no dia seguinte.

O texto da *Gazeta de Notícias* do dia 16 de novembro mostra como o controle aconteceu:

Tendo sido suspensa, por ordem do Dr. Cardoso de Castro, chefe de polícia, a publicação do nosso colega *Correio da Manhã*, o secretário dessa folha, advogado Y. Pirgibe, vai requerer mandado de manutenção. A ordem do Sr. Chefe chegou à redação do *Correio* ontem, às 3 1/2 da manhã. Os primeiros números foram apreendidos e, perguntado por telefone se podia publicar-se hoje, o chefe respondeu que o *Correio* estava suspenso por tempo indeterminado.

(...)

Interrompemos a nossa narração às 3 horas da manhã. Pouco antes foi-nos telefonado do palácio que um delegado viria ver as provas da nossa folha para se certificar se dávamos notícias alarmantes.

Respondemos que as nossas notícias eram simples narração dos fatos. Foi-nos então pedido para retirar algumas das notícias que enumeramos e que entretanto foram publicadas por outros colegas.

Reatemos agora o fio da nossa narração (...).

Na tentativa de manter o controle, censurando os jornais, o governo alimentou uma rede de boatos sobre os acontecimentos. Quando a revolta começava a ser controlada, a falta de informação novamente trouxe a insegurança à população que se mantinha afastada dos focos do movimento dos rebelados.

A censura à imprensa causou um grande estrago que fez aumentar o acirramento dos ânimos, tanto no que tange aos favoráveis quanto aos contrários ao motim. A censura permitiu a proliferação de boatos. A suspensão de jornais ou a notícia de que eles estavam sendo censurados acabou favorecendo a circulação de notícias falsas: a fuga do presidente, a existência de

canhões utilizados pelos revoltosos de “Porto Arthur”, a morte de pessoas por causa da vacinação são exemplos disso. Praticamente não se falou, por exemplo, que mesmo gente pobre fugiu do Rio e foi refugiar-se em São Paulo. O repórter de *O Estado de S. Paulo*, Cornélio Pires, produziu matérias ficando na Estação do Norte – de onde chegavam os trens vindos do Rio – com os fugitivos do motim. A população tem o desejo de saber e, não tendo os jornais à disposição e quem os lesse para eles (já que boa parte era analfabeta ou não sabia ler fluentemente em *português*), imaginou o que estava acontecendo. A palavra censura servia como uma espécie de tela em branco onde as pessoas projetavam seus medos e fantasias.<sup>37</sup>

Temendo a piora da situação, no dia seguinte o governo já arrefeceria a ordem, como mostra matéria da mesma *Gazeta de Notícias* do dia 17 de novembro de 1904.

Um nosso companheiro ouviu do Sr. Dr. Chefe de Polícia que o governo está disposto a manter a liberdade de imprensa. As restrições a essa liberdade, de acordo com a situação, é deixada ao critério da própria imprensa, antes de qualquer intervenção. Ontem mesmo o Sr. Dr. Chefe de Polícia mandou comunicar ao *Correio da Manhã* que o governo resolvera suspender a proibição de sua publicação.

Ao definir-se o cenário, com a derrota dos revoltosos, os jornais incitadores do movimento refluíram, adotando o discurso de que a intenção das críticas não era a destruição da cidade. Assim o fez, entre outros, *A Tribuna*, na edição de 14 de novembro de 1904:

Os estragos que a cidade apresentou na manhã de hoje, árvores derrocadas, combustores retorcidos, quebrados, e postes por terra, edifícios com as vidra-

ças estilhaçadas, bondes quebrados uns, incendiados outros, tudo isso dá idéia da intensidade dos conflitos de ontem e do desespero e anarquia que reinaram nas ruas, que mais tétricas e cheias de perigo se tornaram quando a noite caiu, privadas grandes trechos de sua iluminação costurada.

Jamais podíamos imaginar que da vacina obrigatória pudessem surgir os distúrbios de ontem, iniciados na véspera, depois dos breves mas violentos discursos pronunciados na Liga contra a Vacinação.

Combatendo a obrigatoriedade desta providência, o fizemos sempre de acordo com a lei, em nome dos princípios constitucionais e da liberdade individual, sem jamais aconselhar a resistência à mão armada, que condenamos a uma maior energia porque a desordem não pode governar e o prestígio da autoridade constituída não pode perecer diante da subversão da ordem. (...)

A Gazeta de Notícias (17/11/1904) na cobertura: da rendição de "Porto Arthur" à prisão dos alunos da Escola Militar do Realengo

Anno XXXI (A) Rio de Janeiro — Quinta-feira 17 de Novembro de 1904 N. 322

**GAZETA DE NOTÍCIAS**

Estimada e dirigida nas redacções relativas do Município, a typographia da sociedade anónima «Gazeta de Notícias»

NUMERO AVULSO 120 RS.

**OS FACTOS DE HONTEM**

ESTADO DE SITO

A CONSPIRAÇÃO

DISCURSO DE SENADOR RUY BARBOSA

RENDIÇÃO DE 'PORTO ARTHUR'

INFORMAÇÕES DO GOVERNO

ATAQUE Á FABRICA CONFIANCA

PRISÃO DO GENERAL OLYMPIO DA SILVEIRA

FECHAMENTO DA ESCOLA MILITAR

PRISÃO DE ALUNOS DA ESCOLA DO REALENGO

**HOJE 6 PAGINAS**

**24 horas**

INTERIOR

PARTE DA GAZETA

NUMERO AVULSO 120 RS.

ESTADO DE SITO

A CONSPIRAÇÃO

DISCURSO DE SENADOR RUY BARBOSA

RENDIÇÃO DE 'PORTO ARTHUR'

INFORMAÇÕES DO GOVERNO

ATAQUE Á FABRICA CONFIANCA

PRISÃO DO GENERAL OLYMPIO DA SILVEIRA

FECHAMENTO DA ESCOLA MILITAR

PRISÃO DE ALUNOS DA ESCOLA DO REALENGO

NO CONGRESSO

INTERIOR

PARTE DA GAZETA

Com pompa e ufanismo os títulos que apoiavam o governo se vangloriaram do desfecho. Cabia agora a caça aos culpados. A imprensa apontou sua metralhadora:

Da tribuna do Congresso pode-se aconselhar o povo a cometer os maiores desatinos, pode-se aconselhar o desrespeito à lei, a revolta, a rebelião, a revolução contra os poderes constituídos, entre os quais figura o próprio Congresso. Para o cidadão que se revolta contra o Congresso o processo é a cadeia. Para o membro do Congresso que incita o povo, que prega doutrinas que outros não podem defender sem risco da sua liberdade, a imunidade é completa e absoluta. Em virtude dessa doutrina, dessa propaganda incessante e pertinaz, o povo, sob as influências sugestivas das palavras que repetem autorizadas e, mais do que isso, sob o domínio dos seus instintos e sob a impressão do momento, o povo vem para a rua, na confiança de que vem defender os seus direitos e a sua liberdade, para pouco depois se convencer de que não passava de um mero instrumento de ambições políticas.<sup>38</sup>



A vitória sobre a febre amarela: "Temos um herói de verdade, que está passando despercebido (...). Por que essa indiferença com o Dr. Oswaldo Cruz?" (charge não assinada, s/l, s/d)

Congressistas e movimentos ideológicos que inflamaram as multidões contra a vacina obrigatória passaram, então, a ser o principal alvo dos jornais, que criticavam a conduta e apontavam a responsabilidade pelo caos que se instalou na cidade:

Neste meio pacífico há apenas dois elementos em constante desassossego; dois elementos que se contrapõem, que naturalmente se detestam um ao outro, mas que têm este ponto de convergência: aspiram à perturbação e à ruína do regimento existente. Falo, já se vê, dos positivistas e dos monarquistas. Numericamente, ambos são insignificantes: podem se contar pelos dedos das mãos os filiados de uma e de outra seita; mas esse mexeu-se [*sic*] com tanta volubilidade, são vibriões tão temerosos, que parecem legião...

Não sei se vale a pena tentar tapar o sol com uma peneira: o trabalho de elidir a cumplicidade desses dois elementos na revolução de 14 será equivalente ao do manejo dessa peneira. Se a revolução triunfasse, era o positivismo que triunfava. A nação seria governada pelos bonzos da capelinha da Rua Benjamin Constant, de que o Sr. Gomes de Castro é “acólito” fiel. Os jesuítas sonharam um dia fazer do Brasil uma grande república teocrática: os positivistas queriam agora, três séculos depois, fazer o mesmo. Mas quem lucraria definitivamente seria o monarquismo: a restauração seria apresentada como medida salvadora da anarquia em que o país iria cair. Por fim, não prevaleceriam nem uns, nem outros! Mas quanto tempo duraria a luta! Quanto sangue derramado! Quanta complicação interna e externa! Quanto atraso e quanto retrocesso!...<sup>39</sup>

Na área da saúde, o novo era recebido com hesitação pela imprensa brasileira no século passado. Já tinha sido assim quando, em 1883, Domingos Freire desenvolveu uma vacina contra a febre

amarela, com o *Cryptococcus xanthogenicus*, uma planta microscópica cuja virulência o cientista atenuou por meio de técnicas recém-concebidas. De 1883 a 1894, 12.329 imigrantes e nativos do Rio de Janeiro e outras cidades foram vacinados, principalmente moradores de cortiços, uma demonstração de que a aplicação em massa de vacina não era uma novidade no país.

A surpreendente receptividade que teve, primeiro entre os imigrantes, depois entre os nativos, deveu-se ao medo que a febre amarela inspirava e, também, ao apoio dos republicanos e abolicionistas aos quais Freire era ligado.

Nas imprensas médica e leiga e na Academia Imperial de Medicina houve reações contraditórias, especialmente depois que a vacina recebeu o apoio tácito do imperador d. Pedro II e a entusiástica adesão de um discípulo de Pasteur, Claude Rebourgeon, veterinário francês contratado pelo governo brasileiro para iniciar aqui a produção da vacina animal contra a varíola.<sup>40</sup>

Logo após a proclamação da República, na cidade dividida por diversas correntes ideológicas, os jornais surgiam como representação de diferentes anseios e opiniões. No jogo de forças, eles eram a corda; na busca pela identidade, o espelho.

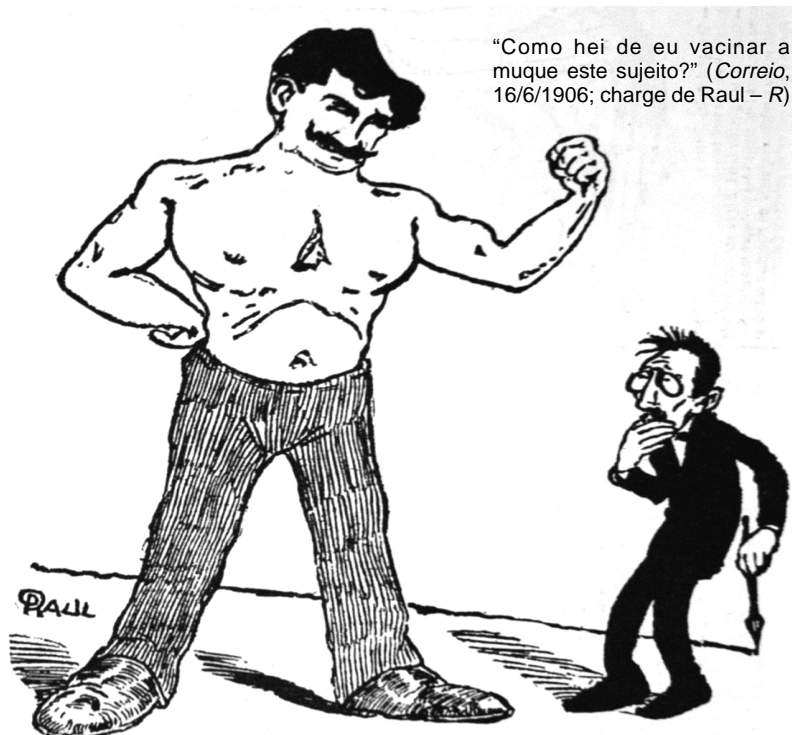
Foi no mesmo período em que surgiram as primeiras tentativas de organizar os trabalhadores em partidos, as quais foram feitas tanto por elementos de fora, quanto de dentro da classe operária. A exceção é feita para os grupos anarquistas que, através de periódicos como a revista *Kultur* e os jornais *O Libertário* e *O Libertador*, acusavam os partidos políticos de serem instrumentos exclusivamente burgueses de disputa de poder, condenando, por isso, a participação dos tra-



balhadores no mesmo. Para os anarquistas, os trabalhadores deveriam se organizar em sindicatos.<sup>41</sup>

Em frentes distintas, as centenas de títulos garantiam diversas interpretações dos acontecimentos da época, como percebido no caso da inauguração da Avenida Central, assim descrita por um cronista do tablóide anarquista *O Libertário*:

É vicioso dizer ao operário consciente o que foi o trabalho da grande artéria: uma miserável exploração do trabalhador inconsciente e passivo. Era de ver todas as noites, antes da inauguração, dezenas de homens, movendo-se à luz de lâmpadas elétricas, num trabalho fatigante até pela manhã, por um miserável e ridículo salário.<sup>42</sup>



As mesmas obras eram retratadas com um foco muito diferente pelo jornal diário *Gazeta de Notícias*, dentre outros. Uma linha editorial que destacava as modernidades e beleza do novo empreendimento, sem espaço para o martírio de seus operários:

Aclivam-se os trabalhos para a festa com que será celebrada, no dia 7 do corrente, a passagem do Sr. Presidente da República, ministério, altos funcionários e convidados pelo eixo da grande Avenida Central. As turmas de trabalhadores trabalham noite e dia, sem cessar no afastamento do entulho para a passagem dos trilhos da Jardim Botânico em toda a extensão. O eixo da Avenida será vistosamente enfeitado, havendo vários arcos de triunfo e coretos em que tocarão bandas de músicas. Um desses arcos já está sendo construído entre as ruas da Assembléia e 7 de Setembro.<sup>43</sup>

As redações abrigavam nomes de enorme talento, tanto nas artes como na escrita. Um dos mais conturbados períodos da história teve como testemunha o jornalista João do Rio, o criador da crônica social moderna. Mulato, homossexual, venceu os preconceitos da época tendo como escudo o talento, e circulava entre os grandes salões e o submundo carioca com total desenvoltura. É dele a viva descrição do que era a moradia usual dos miseráveis no Rio de Janeiro, o cortiço – foco de doença para a burguesia, única opção de vida para a classe operária:

E começamos a ver o rés do chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beicho aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada.(...)  
Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava e, parando

um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. (...)

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade... Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano.<sup>44</sup>

Também coube ao jornalista registrar, na *Gazeta de Notícias* de 1<sup>o</sup> de setembro de 1905, a canção feita pelo presidiário José Domingos sobre a Revolta da Vacina, no artigo “No Jardim do Crime. Os Poetas da Detenção”:

Não há mais ninguém com coragem para ler um poema heróico, apesar de haver ainda neste mundo de contradições – heróis guerreiros. Só o povo, a massa ignara, ainda acha prazer em ver em rimas batalhas ou arruaças. José Domingos, no cubículo que o veda à admiração dos contemporâneos, escreveu “Os sucessos”, cançonela repinicada, para violão e cavaquinho. Vejam o poder de descritiva de Domingos:

Dia quinze de novembro  
Antes de nascer o sol  
Vi toda a cavalaria  
De clavinote a tiracolo.

(...) Na segunda quadra, a descrição é soluçante:

As pobres mães choravam  
E gritavam por Jesus;  
O culpado disso tudo  
É o Dr. Oswaldo Cruz!

Quando o homem predestinado que se chama  
Oswaldo Cruz pensou que José Domingos o amar-  
rasse ao papel de carrasco em plena Detenção?  
Para o fim, mesmo em verso, o autor é modesto e  
patriota:

O autor desta modinha  
É um pobre sem dinheiro,  
Já não declara-lhe o nome,  
Sou patriota brasileiro.



“Um mausoléu na Câmara”,  
mais um suposto enterro  
da Lei da Vacina Obrigatória  
(*Tagarela*, 22/10/1904;  
charge com autoria  
de difícil identificação)

## O noticiário em cima da hora

Envolvidos pelo calor dos acontecimentos, os jornalistas utilizavam uma vasta lista de adjetivos para seduzir o leitor. Os atos de protesto eram descritos com grandiosidade, acompanhados de detalhes. A linha editorial influenciava a interpretação dos acontecimentos, embora, como já dito anteriormente, com peso maior no início da cobertura. Quando os fatos começaram a acontecer simultaneamente, de forma descontrolada, a busca pela notícia ganha peso maior do que a intenção de formar opiniões.

Trabalhou para o *Jornal do Commercio*, segundo Sevcenko “órgão conservador e pró-governista”, o jornalista Sertório de Castro, responsável pelo seguinte testemunho, imortalizado na obra *A República que a Revolução destruiu*, publicada em 1977:

Mas os tumultos iniciavam-se ainda mais cedo, e com um caráter ainda mais alarmante, naquele dia de repouso, domingo, dia 12, às 14 horas, estava literalmente tomada, pela multidão exaltada, a Praça Tiradentes. Em vão, tentavam as autoridades e as patrulhas convencê-la de que deveria dispersar. É que estava anunciada para aquela hora, no gabinete do ministro da Justiça, uma reunião da comissão incumbida de assentar nas bases do regulamento da vacina obrigatória. Crescia o movimento de minuto a minuto, temendo-se acontecimentos graves. Vinha nessa ocasião da Rua do Lavradio, num carro aberto ladeado pelo comandante da Brigada Policial, o chefe de polícia. Escoltava o veículo um piquete de cavalaria, e contornava a praça quando, ao passar em frente à Maison Moderne, rompeu intensa assuada. O carro começou a ser apedrejado. Cardoso de Castro, desassombradamente, de pé no veículo, ordenou, num gesto resoluto e enérgico, que

o piquete carregasse. Os soldados, de lança em riste, avançaram contra a multidão. Outra força postada no lado oposto recebeu ordem idêntica. Trava-se, então uma luta veemente, sibilando balas, cortando os ares pedras e toda a espécie de projetis.

Novos reforços acudiam tumultuosamente, entrando na refrega. A praça foi evacuada. Mas o que ali se desenrolava era uma cena de franca revolução. O povo reagia ferozmente a tiros e pedradas, fugindo, recuando, avançando de novo, caindo feridos, tombando mortos. Todas as entradas de ruas que desembocavam na praça foram ocupadas pela força. A praça estava sitiada, vendo-se no centro apenas os pequenos grupos de autoridades. As janelas dos sobrados estavam cheias de curiosos. De uma das janelas da Secretaria da Justiça o general Piragibe dava ordens à força. A multidão fôra se refugiar na rua do Sacramento, onde havia casas em ruínas, montões de madeiras e de pedras, início das obras da futura Avenida Passos. Do restaurante Criterium e de quase todas as casas daquele trecho, onde avultavam as proporções da luta, eram desfechados tiros e arremessadas garrafas, pratos, copos, calhaus e pedaços de madeiras, sobre a força em constantes movimentos. Compacta, fremente, a multidão vaiava o governo, a polícia, aclamando o exército. O chefe de polícia ordenou que a força avançasse para desalojar os amotinados daquela via pública, onde já se erguiam trincheiras e barricadas. Rompeu a cavalaria a galope, descarregando clavinotes, espaldeirando quantos fugitivos alcançava. Descargas cerradas atroavam os ares, tombando vítimas sem conta. Um menino caía morto na calçada do Tesouro.

Toda a rua estava cheia de manchas de sangue (...).<sup>45</sup>

No dia do tumulto descrito, 12 de novembro, o jornal *Correio da Manhã*, oposicionista e inimigo ferrenho da Lei da Vacina Obrigatória, publicava crítica à ação da polícia na repressão ao movimento popular.

Parece propósito firme do governo violentar a população desta capital por todos os meios e modos. Como não bastassem o Código de Torturas e a vacinação obrigatória, entendeu provocar essas arruaças que, há dois dias, já trazem em sobressalto o povo. Desde anteontem que a polícia, numa ridícula exibição de força, provoca os transeuntes, ora os desafiando diretamente, ora agredindo-os, desde logo, com o chanfalho e com a pata de cavalo, ora, enfim, levantando proibições sobre determinados pontos da cidade.

A postura no tratamento dado ao assunto difere-se completamente do jornal *O Paiz*, por exemplo, integrante da ala governnista: O periódico menosprezava o movimento da revolta e minimizava os efeitos da execução da lei, como evidencia o texto publicado no dia 12 de novembro:



A *Gazeta de Noticias* (12/11/1904), com charge de Raul, instiga a população, disfarçada de "higiene", a "engeitar" a regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória

A evidente prova de que toda esta agitação em torno da vacina é artificial e preparada com intuitos meramente perturbadores está em que arruaças começaram, justamente, quando reiteradas declarações do Sr. Ministro do Interior, feitas a todos os jornais, levavam à

convicção de que o que indiscretamente se publicou como sendo regulamento da lei não só não o era como o não seria nunca. A discussão sobre a questão da vacina tinha se conservado no terreno doutrinário (...).

Continuaram ontem infelizmente as assuadas e correias da véspera no Largo de São Francisco de Paula, sendo necessária a intervenção da força de polícia para dissolver os grupos turbulentos. Alguns gaiatos deram largo curso ao boato de que à tarde havia um meeting naquele largo para o fim de se protestar contra a obrigatoriedade da vacina, o que não aconteceu; mas, não obstante, desde as 5 ½ horas começou a afluir ao lugar indicado várias pessoas, que se aglomeraram próximo à estátua de José Bonifácio.

Eram 6 horas. Notava-se no Largo de São Francisco de Paula desusado movimento, quando principiou a assuada. Não havia orador, todos se olhavam admirados sem saber porque ali se estacionavam. Afinal, dentre os populares surgiram os indivíduos Francisco de Oliveira e Lúcio Ribeiro, os quais, subindo ao pedestal da estátua de José Bonifácio fingiram que iam falar às massas. Os dois pândegos, porém, embatucaram diante da grande multidão e limitaram-se a gesticular estupidamente, sendo isso motivo de satisfação para a garotagem que os aplaudia freneticamente (...).

A posição de crítica às manifestações confirmou-se no texto de *O Paiz* do dia 13 de novembro:

Como nos dois dias anteriores, arruaças começaram ontem à tardinha. Não estava convocado *meeting*, entretanto, desde 5 horas da tarde o largo de São Francisco de Paula esteve repleto de gente em sua maioria curiosos. Enquanto se perde tempo e se despende energia nessa agitação injustificável a pretexto da vacinação obrigatória, vamos deixando de lado as questões que realmente nos interessam e que afetam vivamente a situação do país (...).



# A revolta no traço dos caricaturistas

As caricaturas foram tão importantes, ou mais, do que os textos para a aferição dos sentimentos, na época.

Numa sociedade com nível alto de analfabetismo, a charge era muito importante como instrumento de comunicação. Destacavam-se nesse campo as revistas ilustradas. *O Malho* desenvolveu uma campanha devastadora contra Oswaldo Cruz.<sup>46</sup>

E Oswaldo Cruz, com sua vasta cabeleira e bigode proeminente, foi uma forte inspiração para magníficos artistas e suas tintas incendiárias. Numa população de maioria iletrada, jornais e revistas davam enorme importância à escolha do caricaturista, que era como a etiqueta de um periódico. O temor, o pudor, a dúvida, a revolta: nada escapou aos olhos desses homens. Os traços recebiam, como tudo, influência francesa, tendo como principal modelo o estilo de Alfred Grévin, artista que se consagrou ao esculpir as primeiras estátuas de cera do museu que hoje tem o seu nome:

O desenho do humor atravessava, no Brasil, uma de suas fases mais brilhantes. Introduzido em nossa imprensa na década de 1830, o gênero se beneficiava, naquele início de século XX, do surgimento não apenas de novas técnicas como de uma floração de esplêndidos desenhistas. Revistas e jornais se multiplicavam – e todos ostentavam, como grande estrela, o seu chargista, assinando trabalhos que tinham o peso de editoriais. Nessa época chega à cena, por exemplo, aquele que muitos consideram o maior desenhista de

humor brasileiro, J. Carlos, cuja estréia tipográfica se deu em 1902, nas páginas de *Tagarela*.

Essa revista, aliás, ao lado de *O Malho*, *Fon-Fon!* e *Careta*, ou de jornais como o *Correio da Manhã*, foi uma das publicações que mais freqüentemente tomaram Oswaldo Cruz como tema.<sup>47</sup>



"Guilherme...Tela de Arame, o mais extraordinário caçador de mosquitos" (*Tagarela*, 12/3/1904; charge de J.Carlos)



A cabeleira e o bigode de Oswaldo Cruz, alvo irresistível para o traço dos caricaturistas (*portrait-charge* de Bambino, s/l, s/d)

Numa triste coincidência, um dos maiores nomes, Luigi Borgomainerio, italiano, que atuou em periódicos de humor como *Foleto*, *Mefistófeles* e *Pasquino*, e introduziu a crítica ao clero no Brasil através das crônicas, viria a morrer em 1876, de um dos principais males epidêmicos que contagiava a cidade: a febre amarela. A perda foi sentida por todos os companheiros de traço, que carregaram ainda mais nas tintas para retratar as doenças que castigavam o Rio.

Mas foi na famosa *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini, fundada em 1<sup>o</sup> de janeiro de 1876, que a febre amarela e outras epidemias, como a varíola, passaram a ser tema constante das numerosas caricaturas publicadas. *A Semana Ilustrada* e *A Larva*, de Alfredo Cândido, foram dos que retrataram os conflitos da época com maestria, usando apenas lápis litográficos. Já em 1902, durante a Revolta da Vacina, a caricatura vivia uma fase de transição:

Do gorduroso lápis de sebo de carneiro a correr desenvolvido pela pedra litográfica, passávamos a novos moldes de gravura, então como que em fase experimental. Ao desenhista exigia-se hábil e paciente elaboração sobre o papel *pelure* ou o desenho realizado na cartolina a bico de pena para ser reproduzido fotograficamente na chapa de zinco que viria a ser mordida pelo ácido.

Aquela largueza do desenho sobre a pedra sobrepuja-se à inovação zincográfica, na qual o artista, a rigor, participa apenas na operação inicial, sem acompanhar, como um pai aflito, o nascimento do filho.<sup>48</sup>

Os leitores eram presenteados com o resultado do trabalho, admirado até mesmo por sua principal vítima, Oswaldo Cruz. O cientista guardava em álbuns todas as matérias e caricaturas em que era citado. O material encontra-se exposto, atualmente, na Fundação Oswaldo Cruz, em Manginhos. Além de ser reconhecido por to-

dos os lugares onde passava devido aos desenhos, Oswaldo Cruz também sofria com as anedotas inspiradas nas imagens.

Objeto também de canções satíricas e galhofeiras, ele [Oswaldo] foi impiedosamente tratado pela maioria dos caricaturistas. Quando, porém, suas controvertidas campanhas sanitárias começaram a mostrar frutos, o traço nos jornais e revistas se adoçou. Mesmo diante dos desenhos mais cruéis, Oswaldo, ao que se saiba, não passava recibo. Em carta à mulher, durante viagem ao Rio Grande do Norte, em 1905, ele conta que um figurão local o reconheceu pelas caricaturas em *O Malho*. “Disse-me que a cabeleira estava perfeita”, escreveu Oswaldo a Miloca [sua mulher], “faltando apenas ter presos nela alguns mosquitos! Vê que santa ingenuidade!”<sup>49</sup>

Nessa época, os caricaturistas costumavam usar pseudônimos. J. Carlos, por exemplo, apenas na revista *Tagarela* usou as identificações Cruz, Job, Oscar, Joca e Puf. Formavam o time de astros, ao tempo da vacina obrigatória, Julião Machado, do *Paiz*; Falstaff (Augusto Santos), do *Malho*, *Gazeta de Notícias* e *Tagarela*; Casanova (Ricardo), de *O Malho*; Bambino (Artur Lucas), de *O Mercurio*, *Jornal do Brasil* e *Revista da Semana*; Amaro (Amaral), da *Revista da Semana* e *Jornal do Brasil*; a dupla Raul e Kalixto, da *Tagarela*, entre outros.

As charges de cunho moral são muitas. Os guardas sanitários eram retratados com ares de malandro, traços abrutalhados, olhar tendencioso, sempre pedindo para uma moça de família desnudar uma parte de seu corpo para levar uma agulhada. Isso dá razão a várias piadas e estimula a manipulação do sentimento burguês de família, levando o moralismo da época a confrontar-se com algo que do ponto de vista científico já era razoavelmente conhecido (...). Nas páginas, a seringa virou uma

espada, sendo enfiada no povo. Uma grande obra de mistificação.<sup>50</sup>

Além das caricaturas, as revistas também traziam peças musicais impressas. Sem contar com o rádio, as casas burguesas tinham pianos, onde as senhoritas exibiam seus dotes musicais. Muitas canções populares aludiam à campanha de saúde liderada por Oswaldo Cruz e a Lei da Vacina Obrigatória.



Oswaldo Cruz, o "Papão Noel" das crianças malcriadas

Enfim, a reabilitação de Oswaldo Cruz (O Malho, 17/7/1909)



## No fim, o reconhecimento



No fim, o reconhecimento foi total: "Viva o messias da higiene!  
Viva o Dr. Oswaldo Cruz!" (*O Malho*, 3/9/1910; charge com autoria  
de difícil identificação)

Provados o talento e dedicação de Oswaldo Cruz no combate às doenças, para seu reconhecimento que veio, inclusive, do exterior, a imprensa passou a adotar tratamento respeitoso ao cientista, muitas vezes com elogios e saudações. A mudança pode ser testemunhada em edição do jornal *A Tribuna*, de 30 de setembro de 1905, que noticia a chegada de Oswaldo Cruz ao porto de Santos:

O jovem e dedicado funcionário acaba de dar um exemplo proveitoso: pela primeira vez, desde que o Brasil possui um serviço regular de higiene, o diretor da repartição competente empreende uma viagem aos portos da República, para verificar *de visu* as necessidades sanitárias dos estados. Ninguém, certamente, deixará de aplaudir um funcionário que assim rompe (...).

Oswaldo Cruz morreu as 21h10, em 11 de fevereiro de 1917, com 44 anos, em Petrópolis. Foi enterrado no Cemitério de São João Batista. Nas páginas de jornais, expressões como *O Brasil de luto*, *O Brasil perde um de seus filhos mais ilustres*, *O Brasil perde um dos seus maiores cientistas*. E então foi sua vez de deixar uma mensagem à família, na qual mostrou o mesmo desprendimento e espírito elevado que lhe permitiram suportar todas as anedotas e críticas da imprensa:

Não há vantagem alguma de amargurar com lágrimas prolongadas os tão curtos dias de nossa existência. Portanto, que não usem roupas negras, que além de tudo são anti-higiênicas em nosso clima; que procurem diversões, teatros, festas, viagens, a fim de que disfarcem essa pequena nuvem, que veio empanar a normalidade do viver de todos os dias. É preciso que nos conformemos com os ditames da natureza (...).<sup>51</sup>

E até o *Correio da Manhã*, que perseguiu Oswaldo impiedosamente, personificando em sua figura a luta contra a obrigatoriedade da vacina, rendeu-se ao talento, em texto publicado em 12 de fevereiro de 1917:

Com a morte de Oswaldo Cruz desaparece a figura mais preeminente da ciência brasileira e um dos homens a que este país é devedor dos mais notáveis serviços. Na grande obra da transformação material da nossa capital, o ilustre morto ocupa lugar especial, porque foi a ele que se deveu a indispensável preparação que tornou possível a execução do programa de renovação da cidade.

O papel da imprensa foi fundamental numa época em que o boca-a-boca e os jornais eram os principais meios de comunicação. Nos comícios espontâneos, as pessoas citavam os artigos nos jor-

nais, da imprensa vinham os argumentos que sustentavam as posições contra ou a favor da obrigatoriedade da vacina. A imprensa era um ator social, que sempre representava interesses. As caricaturas tiveram papel crucial na personificação dos envolvidos na questão. Elas não precisavam ser lidas, apenas vistas. E, na escassez das fotos, divulgavam a identidade dos personagens, tornando-os conhecidos em todo o país.

De 100 caricaturas, 98 eram contra a vacina. Não havia jornalismo especializado, o profissional cobria todos os assuntos. Além do jornalista profissional, existia na equipe o literário, o político, que colaboravam com o título. O que era notícia, à época, em relação a vacina e Oswaldo Cruz eram os números: de casas



Crítica ambígua a Nilo Peçanha (à dir.): o povo, de joelhos, pede a Oswaldo Cruz que descubra o micróbio da politicagem; o cientista responde maliciosamente que Nilo Peçanha já o descobriu: “a *administríte*, isto é, – fazer só administração...” (*O Malho*, 17/7/1907; charge com autoria de difícil identificação)



visitadas, de óbitos... Hoje, contamos com a estrutura de jornais divididos em editorias. Esse processo garante a especialização dos repórteres. Um jornal da época de Oswaldo Cruz tinha em suas páginas mais publicações a pedido e cartas de leitores do que matérias sobre o assunto da vacina.<sup>52</sup>

O historiador Claudio Bertolli Filho critica a constante interpretação dos fatos ocorridos como a descrição de uma grande injustiça da qual foi vítima Oswaldo Cruz por parte de um povo “bárbaro por natureza, que não aceitou a normatização imposta”:

Acredito que os jornais desinformaram mais do que informaram, mesmo levando-se em consideração o caráter missionário da imprensa. Os recortes conferidos às matérias, detendo-se nos atos de violência, acabaram produzindo a imagem de que todo o Rio estava envolto na violência, o que não foi verdade. Existiam sim grupos que optaram pelo conflito aberto, enquanto que a maior parte dos cariocas estava escondida em casa ou fugindo para onde pudessem ir. Seria a mesma coisa que está acontecendo hoje na imprensa paulista. A maior parte das matérias abordam o Rio através do prisma da violência urbana. Tanto no início do século passado quanto no momento atual, o pendor pelo sensacionalismo e a desinformação apresenta-se massivamente na mídia.<sup>53</sup>

Um exemplo da forma como detalhes da batalha popular chegavam aos leitores pode ser tirado de trecho do jornal *Gazeta de Notícias*, na edição do dia 17 de novembro de 1904, com a descrição de uma suposta bomba usada pelos revoltosos:

O Sr. Presidente da República teve ocasião de ver ontem à noite uma das famosas bombas explosivas que constituíam um dos elementos de fortificação do Porto Arthur da Saúde.

Este aparelho parecia uma coisa tenebrosa. De forma cilíndrica, era revestido de um longo fio de arame, em espiral, a cor era indefinida e o aspecto era tenebroso. Mas, examinando, verificava-se que não era mais do que um tosco pedaço de madeira, envolvido pacientemente num inofensivo fio de ferro.

Para Nicolau Sevcenko, a grande imprensa falhou ao manter-se indiferente ao forte movimento de segregação que aconteceu, tendo como pano de fundo a reforma da cidade, no movimento de abertura da Avenida Central conhecido como *bota-abaixo*.

O papel da imprensa é muito complexo. Havia uma parte pequena da imprensa operária, anarquista, da qual fazia parte o escritor Lima Barreto, que percebia que o que havia de errado no processo da reforma urbana e da campanha saneadora era a maneira que era conduzida e a indiferença com relação ao sofrimento e ao destino da população (...). Poucos jornalistas protestaram contra a situação dos escravos semi-libertos e dos imigrantes e desmandos da reforma urbana. Apenas faziam piadas e críticas sem fundamento aos conhecimentos científicos de Oswaldo Cruz, demonstrando absoluto anacronismo e ignorância de uma ciência que revolucionava a Europa.<sup>54</sup>

Ironicamente, foi através do legado dessa imprensa cheia de vícios e imprecisões, longe da imparcialidade, que se reconstruiu a história da Revolta da Vacina. Poucos são os documentos oficiais registrados à época, e sequer existe o processo dos revoltosos embarcados para o Acre. Restou recorrer aos jornais e revistas. Entre páginas a favor e contra a obrigatoriedade, um dos movimentos populares mais importantes da História do Brasil ganhou novos contornos. E nessa pluralidade de posições, coube aos repórteres e caricaturistas a missão de perpetuar a identidade de nosso povo em sua luta pela existência.

# Anexo 1

## A notícia que virou revolta

Este foi o texto publicado pelo jornal *A Notícia*, em 9/11/1904, que deu origem à Revolta da Vacina. Devido ao mau estado de conservação do original, alguns trechos estão ilegíveis.

“*A NOTICIA*  
*9 de novembro de 1904*  
*A Vacina Obrigatória*”

A convite do Sr. Dr. J. J. Seabra, ministro do Interior, realizou-se hoje no salão de honra daquela secretaria uma reunião de notabilidades médicas, jurídicas e representantes do Congresso Federal, para estudarem o projeto do regulamento que tem de acompanhar a lei n. 1.261 que torna obrigatória a vacinação e a revacinação contra a varíola.

A reunião foi presidida pelo Dr. J. J. Seabra e a ela assistiu o Sr. Dr. Oswaldo Cruz, diretor-geral de saúde pública.

O Sr. Dr. Rocha Faria, lente da cadeira de higiene da Faculdade de Medicina, comunicou logo pela manhã ao Sr. Ministro do Interior que não podia comparecer à reunião por motivo de muitos afazeres na sua clínica.

Ao meio-dia começou a reunião, achando-se presentes os Srs. Dr. Feijó Júnior, diretor da Faculdade de Medicina desta capital; Miguel Couto, lente da cadeira de clínica propedêutica, Rodrigues Lima, presidente da Academia de Medicina, deputado Teixeira Brandão, relator do projeto que o transformou em lei; deputado Malaquias Gonçalves, membro da comissão de saúde pública; deputado Anísio de Abreu e Mello Mattos, que defenderam o projeto.

Deixaram de comparecer os Srs. Senador Manoel Duarte, autor do projeto; deputado Rodrigues Dória, autor de várias emendas;

Dr. Bulhões Carvalho, presidente do Instituto dos Advogados; e Dr. Alfredo do Nascimento, lente da cadeira de medicina legal.

O Sr. Dr. J. J. Seabra, depois de em ligeiras palavras explicar o fim da reunião, entregou a cada um dos membros presentes o projeto do regulamento sobre a vacinação, que publicamos na íntegra, devido a um esforço da nossa reportagem, e pedindo a todos a sua abalizada opinião sobre o assunto, marcando em seguida nova reunião para domingo próximo, na mesma secretaria, à 1 hora da tarde.

É este o projeto de regulamento do serviço de vacinação e revacinação contra a varíola, que hoje foi submetido à apreciação dos doutos e competentes:

Art. 1<sup>o</sup>. A vacinação contra a varíola é obrigatória e deverá ser feita:

- a) nas crianças até seis meses de idade
- b) em todas as pessoas que não provarem, de acordo com o art. 13<sup>o</sup>, que foram vacinadas com proveito nos últimos seis anos ou que foram acometidas de varíola nos últimos dez anos, exceto nos casos previstos no art. 7<sup>o</sup> deste regulamento.
- c) em todas as pessoas que, tendo sido vacinadas uma primeira vez, não o foram com proveito.

Art. 2<sup>o</sup>. A revacinação contra a varíola é obrigatória e deverá ser feita:

- a) nas crianças que freqüentarem colégios ou outros estabelecimentos congêneres, públicos ou particulares, orfanatos, asilos etc., no decurso do 7<sup>o</sup> e 14<sup>o</sup> anos, exceto nos casos previstos no art. 7<sup>o</sup>.
- b) em todas as pessoas nos septênios que se seguirem à primeira vacinação, exceto nos casos previstos no art. 7<sup>o</sup>.

Art. 3<sup>o</sup>. Todos os nascimentos deverão ser comunicados pelos pais às autoridades sanitárias dentro dos 15 primeiros dias, sob pena de multa de 50\$000.

Art. 4<sup>o</sup>. As repartições sanitárias organizarão um registro de nascimentos, afim de facilitar e metodizar o serviço de vacinação e revacinação.

Art. 5<sup>o</sup>. Se a vacinação não der resultado positivo, segundo o atestado do médico vacinador, deverá ser ela repetida anualmente, durante três anos sucessivos, a contar da data do atestado negativo fornecido.

Parágrafo Único. Se a última operação, dentro do prazo de que trata este artigo, for ainda infrutífera, poderá a autoridade sanitária exigir que a nova operação seja efetuada por um dos vacinadores oficiais, podendo este ser escolhido pelo vacinado ou pela pessoa por ele responsável.

Art. 6<sup>o</sup>. A pessoa vacinada ou revacinada deverá apresentar-se ou ser apresentada ao médico vacinador, no mínimo no 6<sup>o</sup> dia e no máximo no 8<sup>o</sup> dia que se seguir à vacinação ou revacinação, sob pena de multa de 50\$000 e do dobro na reincidência.

Parágrafo Único. Para a execução do disposto no presente artigo, o médico vacinador marcará lugar, dia e hora, para que se lhe apresente a pessoa imunizada.

Art 7<sup>o</sup>. Serão eximidas da vacinação e revacinação as pessoas afetadas de moléstias tais, que possam ser maleficamente influenciadas pela evolução da vacina.

Parágrafo Único. A prova de contra-indicação da imunização contra a varíola consistirá em um atestado firmado por três médicos e com as firmas reconhecidas por tabelião.

Art. 8<sup>o</sup>. Toda a pessoa que não puder, de acordo com o artigo precedente, sofrer a operação da vacinação ou revacinação, deverá a elas ser submetida no fim de um ano, a contar da data do atestado fornecido.

§ 1<sup>o</sup>. Se ainda no fim desse prazo for apresentada uma razão de impedimento, a autoridade sanitária, se julgar necessário, pedirá uma conferência com os médicos fornecedores do atestado, a fim de verificar se o motivo alegado é ou não aceitável.

§ 2º . No caso de desacordo, poder-se-á fazer nova conferência, na qual tomarão parte, além dos médicos referidos, mais dois outros de reconhecida competência, sendo um deles indicado pelo vacinado ou pela pessoa por ele responsável e o outro pela repartição sanitária.

Art. 9º. A operação de imunização contra a varíola poderá ser feita não só pelos vacinadores oficiais, como também pelos médicos clínicos que poderão atestar o resultado obtido.

Art. 10º. Os atestados de vacinação e revacinação só poderão ser passados em impressos especiais, que serão fornecidos gratuitamente pelas repartições sanitárias.

Parágrafo Único. Os atestados a que se referem o presente artigo só serão válidos quando visados e registrados pela autoridade sanitária, o que só poderá ser feito tendo sido a firma do médico que efetuou a operação previamente reconhecida pelo tabelião.

Art. 11º . Os atestados a que se refere o artigo precedente serão encontrados em todas as dependências da Diretoria-Geral de Saúde Pública, bem como em todas as farmácias do Distrito Federal.

Parágrafo Único. As farmácias que não possuírem os atestados de que trata o presente artigo sofrerão multa de 50\$, dobrada na reincidência.

Art. 12º. A autoridade sanitária poderá, quando julgado conveniente, verificar os atestados fornecidos.

Art. 13º. O atestado de vacina em papel oficial, devidamente registrado e visado pela autoridade sanitária, é o único meio pelo qual poder-se-á provar a vacinação ou revacinação.

Art. 14º. O médico que fornecer atestado de vacinação ou revacinação reconhecido falso será passível de penas cominadas no art. 217 do Regulamento aprovado pelo decreto 5.156, de março de 1904.

Art. 15º. A autoridade sanitária tratará de verificar se uma pessoa acometida de varíola é ou não portadora de um atestado de vacina.

§ 1º. Se não tiver sido imunizada, de acordo com os arts. 1º e 2º do presente Regulamento, será o doente por ocasião do restabelecimento ou a pessoa por ele responsável, se for menor, passível da multa de 500\$000.

§2º Se a pessoa acometida de varíola possuir atestado, tratará a autoridade sanitária de verificar a autenticidade dele, punindo o vacinador de acordo com o artigo precedente se for falso o atestado; indagará da origem da linfa e tomará todos os esclarecimentos para ajuizar do caso.

§3º O presente artigo só entrará em vigor um ano após a aprovação deste Regulamento.

Art. 16º. Os pais, pais adotivos e tutores são obrigados a fazer com que seus filhos, filhos adotivos ou tutelados se submetam à vacinação e revacinação de acordo com o presente Regulamento, sob pena de multa de 50\$ a 1:100\$, dobrada nas reincidências.

Art.17º. Os diretores ou responsáveis pelos colégios e estabelecimentos congêneres não poderão receber alunos que não estejam vacinados ou revacinados e portadores de atestados confirmativos da operação.

Art.18º. Os infratores do artigo precedente serão passíveis de multa de 50\$ por aluno não vacinado, e se os estabelecimentos de instrução forem oficiais (ilegível) responsáveis suspensos por um mês.

Art.19º. Ninguém poderá ser admitido como (ilegível) ou empregado, sem que apresente atestado de vacinação ou revacinação, de acordo com o estabelecido no presente regulamento.

Art. 20º. Nos casos de infração do artigo (ilegível) serão as pessoas que tomarem a seu serviço (ilegível) não vacinados ou revacinados passíveis de multa (ilegível) a 500\$000.

Art. 21º. Nos casos a que se referem estes artigos (ilegível) os chefes das casas deverão ficar (ilegível) de vacinação ou revacinação de seus (ilegível) empregados enquanto estiverem (ilegível)

Art. 22<sup>o</sup>. Nenhum negociante poderá (ilegível) empregado algum que não tenha sido vacinado ou revacinado (ilegível) de acordo (ilegível) multa de 100\$ por empregado (ilegível) imunizado

Art.23<sup>o</sup>. (Ilegível) vacinado ou revacinado e nos casos de reincidência à pena de fechamento do estabelecimento.

Art. 24<sup>o</sup>. Todos os colégios, fábricas, oficinas, asilos e estabelecimentos congêneres deverão possuir um livro em que estejam consignados: os nomes das pessoas nele reunidas, a data da vacinação ou revacinação e o número de registro sob que estão lançados os atestados nos livros da Diretoria Geral de Saúde Pública.

§1<sup>o</sup>. Os responsáveis pelos estabelecimentos a que se referiu o presente artigo serão passíveis de multa de 500\$, dobrada nas reincidências, quando não possuírem o livro referido.

§2<sup>o</sup>. Quando o livro não estiver escriturado em dia será o responsável passível de multa de 100\$ e no dobro na reincidência

§3<sup>o</sup> . As disposições do presente artigo começarão a vigorar seis meses após a promulgação deste regulamento.

Art. 25<sup>o</sup>. Em nenhuma construção ou obra, quer particular, quer pública, poderão ser admitidas pessoas que não tenham sido vacinadas ou revacinadas de acordo com os arts 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>, sob pena de multa de 50\$ por pessoa não imunizada ou suspensão por três meses do encarregado ou responsável pela obra ou construção, se for empregado público.

Art. 26<sup>o</sup>. Ninguém poderá ser qualificado eleitor, inscrever-se em concurso, ser nomeado para a Guarda Nacional, nem fazer parte do Exército e Armada Nacional sem que demonstre estar vacinado ou revacinado de acordo com os arts 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>, ficando os responsáveis pela infração sujeitos a multa de 100\$ por pessoa.

Art. 27<sup>o</sup>. Ninguém poderá ser funcionário ou matricular-se nas escolas de ensino superior da República sem que prove estar imunizado contra a varíola de acordo com os arts 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>.



Parágrafo Único. Os chefes das repartições serão responsáveis pelo cumprimento do presente artigo, sob pena de multa de 500\$ ou suspensão por seis meses.

Art. 28<sup>o</sup>. Ninguém poderá contrair casamento sem apresentar os atestados que provem o cumprimento disposto nos arts. 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>.

Parágrafo Único. Os escrivães das Pretorias serão passíveis de multa de 50\$ por infração do presente artigo.

Art. 29<sup>o</sup>. Pessoa alguma poderá matricular-se negociante sem que prove estar de acordo com o estabelecido neste regulamento.

Art. 30<sup>o</sup>. Os chefes de família são responsáveis perante a autoridade sanitária pelo cumprimento do disposto nos arts 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> deste regulamento, sob pena de multa de 50\$ por pessoa que não estiver de acordo com o que está neles estabelecido.

Art 31<sup>o</sup>. Os responsáveis pelas casas de cômodos e de pensão, hotéis, estalagens e outros estabelecimentos análogos não poderão alugar aposentos a pessoa alguma que não esteja nas condições dos arts 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>, sob pena de multa de 50\$ por pessoa não imunizada contra a varíola.

Parágrafo Único. Nos livros de registro sanitário a que se refere o art. 122 do regulamento aprovado pelo decreto n<sup>o</sup> 5.156, de 8 de março de 1901, dever-se-á consignar o número sob o qual e a delegacia de saúde em que o atestado de cada hóspede está registrado.

Art.32<sup>o</sup>. Nenhum passageiro poderá desembarcar nos portos do Brasil sem que prove estar vacinado ou revacinado, de acordo com os arts 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>.

Parágrafo Único. Os comandantes dos navios serão responsáveis pelo cumprimento desta disposição e passíveis de multa de 20\$ por passageiro que não exhibir o atestado a que se refere o art. 10<sup>o</sup>.

Art. 33<sup>o</sup>. Quando alguém tiver de passar de um estado da União para outro, deverá munir-se dos documentos que provem estar de acordo com os arts. 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>, não lhe podendo ser vendida a passagem ou concedido o passe sem preenchimento desta formalidade.

Art.34<sup>o</sup>. As companhias, administrações etc... que fornecerem passagens sem a observância do estabelecido no artigo anterior serão passíveis de multa de 500\$, dobrada nas reincidências, sendo suspenso por dois meses o responsável, se se tratar de estabelecimento pertencente ao governo.

Art. 35<sup>o</sup>. Para facilitar a matrícula, inscrição, embarque de passageiros etc., poder-se-á fornecer, a juízo da autoridade sanitária, atestados provisórios, que deverão ser substituídos por atestados definitivos no fim dos oito dias que se seguirem a operação, perdendo, *ipso facto*, nesse prazo, seu valor o atestado provisório.

Art. 36<sup>o</sup>. Em casos especiais de eminência de epidemia, a Diretoria Geral de Saúde Pública poderá mandar efetuar a vacinação e revacinação em massa, devendo para isso ser previamente autorizada pelo governo.

Art. 37<sup>o</sup>. Nos casos de revacinação sem proveito, a operação será renovada no septénio seguinte, a não ser que haja razões para acreditar-se na existência de alguma causa de erro, deverá ser repetida.

Art. 38<sup>o</sup>. Qualquer pessoa que, depois de vacinada ou revacinada, lançar mão de meios tendentes a evitar que a inoculação seja proveitosa será passível de multa de 500\$ e sujeitada a nova operação.

Art. 39<sup>o</sup>. Quem de qualquer maneira se opuser que alguém se vacine ou revacine, será passível multa de 1000\$, dobrada na reincidência.

Art. 40<sup>o</sup>. As vacinações ou revacinações serão feitas de acordo com as instruções especiais aprovadas pelo Governo.

Art. 41<sup>o</sup>. Os médicos que efetuarem vacinações ou revacinações sem a fiel observância das instruções a que se refere o artigo precedente serão passíveis de multa de 100\$ e se forem funcionários serão suspensos por um mês e demitidos na reincidência.

Art. 42<sup>o</sup>. Se em consequência da vacinação ou revacinação resultarem acidentes que possam ser atribuídos a imperícia ou negligencia do vacinador, será ele passível da multa de 2.000\$ e de demissão se for funcionário.

Parágrafo Único. Se do acidente resultar deformidade da pessoa a imunizar, ou a sua morte, será o vacinador processado de acordo com o artigo do Código Penal.

Art. 43<sup>o</sup>. A vacinação e revacinação contra a varíola só poderão ser feitas com a vacina animal.

Art. 44<sup>o</sup>. A vacina fornecida pelos institutos vacínicos deverá trazer sempre a data de seu preparo.

Art. 45<sup>o</sup>. A vacina só poderá ser preparada em institutos especiais, com autorização e sob imediata fiscalização da Diretoria-Geral da Saúde Pública.

Art. 46<sup>o</sup>. Se se verificar que a vacina fornecida pelos institutos vacínicos e de má qualidade e capaz de comprometer a saúde das pessoas a imunizar, à Diretoria-Geral de Saúde Pública comunicará o fato ao governo, que ordenará o fechamento do Instituto, se for particular, ou demitirá o responsável técnico, se for estabelecimento oficial.

Art. 47<sup>o</sup>. A fiscalização do presente regulamento no Distrito Federal compete exclusivamente à Diretoria-Geral de Saúde Pública e nos estados aos inspetores de saúde dos Portos, onde os houver, que para este fim entender-se-ão com as autoridades estaduais.

Parágrafo Único. Nas localidades onde não houver autoridade sanitária federal, a fiscalização do presente regulamento competirá às autoridades sanitárias estaduais, que neste caso, deverão entender-se com a Diretoria-Geral de Saúde Pública.

Art. 48<sup>o</sup>. As infrações do presente regulamento a que não estiverem cominadas penas especiais serão punidas com as multas de 50\$ a 500\$, dobradas das reincidências.

Art. 49<sup>o</sup>. Nos casos omissos do presente regulamento, o diretor-geral de Saúde Pública tomará as providências que julgar necessárias, como exigir o interesse da saúde pública, submetendo imediatamente o ocorrido à apreciação do ministro do Interior.”

## Anexo 2

# O quebra-lampião

A fisionomia das ruas era de expectativa. As patrulhas subiam e desciam; nas janelas havia muita gente espiando e esperando qualquer coisa. Tínhamos deixado a estação do Mangue, quando de todos os lados, das esquinas, das portas e do próprio bonde partiam gritos: Vira! Vira! Salta! Salta! Queima! Queima!

O cocheiro parou. Os passageiros saltaram. Num momento o bonde estava cercado por um grande magote de populares à frente do qual se movia um bando multicolor de moleques, espécie de poeira humana que os motins levantam alto e dão heroicidade. Num ápice, o veículo foi retirado das linhas, untado de querosene e ardeu. Continuei a pé. Pelo caminho a mesma atmosfera de terror e expectativa. Uma força de cavalaria de polícia, de sabre desembainhado, corria em direção ao bonde incendiado. Logo que ela se afastou um pouco, de um grupo partiu uma tremenda assuada. Os assobios eram estridentes e longos; havia muito da força e da fraqueza do populacho naquela ingênua arma. E por todo o caminho, este cenário se repetia.

Uma força passava, era vaiada; se carregava sobre o povo, este dispersava-se, pulverizava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canto ou num portal fechado. O Largo de São Francisco era mesmo uma praça de guerra. Por detrás da Escola Politécnica, havia uma força e os toques da ordenança sucediam-se conforme as regras e preceitos militares. Parei. Um oficial a cavalo percorria a praça, intimando o povo a retirar-se. Obedeci e, antes de entrar na Rua do Ouvidor, a cavalaria, com os grandes sabres reluzindo ao sol, varria o largo com estrepito. Os curiosos encostavam-se às portas das casas fechadas,

mas aí mesmo os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim.

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário em longos artigos solenes de que o governo era desonesto e desejava oprimir o povo, que aquele projeto visava enriquecer um sindicato de fabricantes de calçado, que atentava contra a liberdade individual, que se devia correr a chicote tais administradores, tudo isso tinha-se encrostado nos espíritos e a irritação alastrava com a violência de uma epidemia.



“Cólera de bexiga”: a população está tão assustada que nem a Saúde Pública consegue tranquilizá-la (O Degas, 17/10/1908; charge, talvez, de Kalixto)

Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na Rua do Ouvidor armavam-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. Plínio de Andrade, com quem há muito não me encontrava, veio a morrer num desses combates. Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno-burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários e políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza, e a abundância.

O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes; não há um chefe geral nem um plano estabelecido.

Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, inteligência, e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o governo; passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm a incendiar o bonde.

O apagamento momentâneo da honestidade e a revolta contra pessoas inacessíveis levam os melhores a esses atentados brutais contra a propriedade particular e pública. Concorre também muito a nossa perversidade natural, o nosso desejo de destruir, que, adormecido no fundo de nós mesmos, surge nesses momentos, quando a lei foi esquecida e a opinião não nos vigia.

No jornal exultava-se. As vitórias do povo tinham hinos de vitórias da pátria. Exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar contra o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado cinco mil exemplares.

Parecia que a multidão o procurava como estimulante para a sua atitude belicosa. O serviço normal da filha fazia-se com atividade. Os repórteres iam aos lugares perigosos, aos pontos mais castigados pela polícia, corriam a cidade em tálburis. Nem os revisores nem os suplentes faltavam à chamada; outro tanto sucedia com os tipógrafos e os outros operários.

Toda essa abnegação era para garantir os seus mesquinhos empregos. Um pobre tipógrafo, que morava para a Saúde, onde o trânsito se fazia com os maiores perigos, ficou todos os três dias no jornal. Temia ser morto por uma bala perdida. Houvera muitas mortes assim, mas os jornais não as noticiavam. Todos eles procuravam lisonjear a multidão, mantê-la naquelas refregas sangrentas, que lhes aumentava a venda. Não queriam abater a coragem do povo com a imagem aterradora da morte. A polícia atirava e não matava; os populares atiravam e não matavam. Parecia um torneio... Entretanto eu vi morrer quase em frente ao jornal um popular. Era de tarde. O pequeno italiano, na esquina, apregoava os jornais da tarde: Notícias! Tribuna! Despacho!

De há muito que a rua parecia retomar a sua vida normal. Durante todo o dia, os passeios se fizeram como nos dias comuns; repetidamente, porém, uns grupos que paravam no canto do Largo de São Francisco vaiaram a polícia. O esquadrão, com o alferes na frente, partiu como uma flecha e foi descendo a Rua do Ouvidor, distribuindo cutiladas para todos os lados. O pequeno vendedor de jornais não teve tempo de fugir e foi derrubado pelos primeiros cavalos e envolvido nas patas dos seguintes, que o atiravam de um lado para o outro como se fosse um bocado de lama.

---

**Texto de Lima Barreto sobre a Revolta da Vacina. Em *Recordações do escritor Isafas Caminha.***

## Anexo 3

# Oswaldo Cruz

1872 - 5 de agosto

Oswaldo Gonçalves da Cruz nasce em São Luís do Paraitinga (SP), filho de um médico.

1877

A família se muda para o Rio de Janeiro.

Entra, com 15 anos, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

1892

Forma-se em Medicina, com a tese “A veiculação microbiana pelas águas”. O pai morre.

1893

Casa-se com Emília da Fonseca. O casal teve seis filhos.

1897

Muda-se com a família para Paris, onde se forma e se especializa em Microbiologia e Soroterapia, no Instituto Pasteur.

1899

Volta ao Brasil. Abre o primeiro laboratório de análises clínicas do Rio.

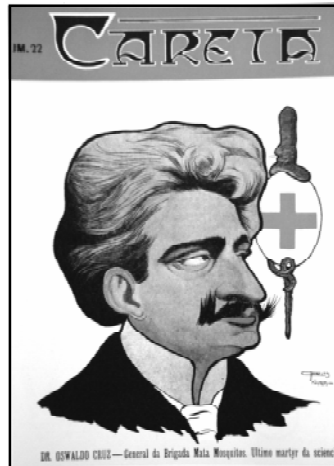
1902

Nomeado diretor-geral do Instituto Soroterápico Federal.

1903

Nomeado diretor-geral de Saúde Pública, para sanear a capital federal da febre amarela, peste bubônica e varíola.





Oswaldo Cruz, “último mártir da ciência”  
(*Careta*, 31/10/1908;  
charge com autoria de  
identificação difícil)

1904

Aprovada, por sua iniciativa, a Lei da Vacina Obrigatória. Foi ele que redigiu o esboço de regulamentação do projeto. A publicação é o pretexto para que, no Rio, se desencadeie a Revolta da Vacina.

1907

Erradicada a febre amarela no Rio. Oswaldo Cruz recebe a Medalha de Ouro no XIV Congresso de Higiene e Demografia, em Berlim (Alemanha). Primeiros sintomas de grave doença renal.

1909

Exonera-se da direção-geral de Saúde Pública.

1913

Tome posse na Academia Brasileira de Letras.

1916

É nomeado prefeito de Petrópolis, para onde se retirara.

1917

Morre de nefrite, dia 11 de fevereiro, em Petrópolis, aos 45 anos. É enterrado no cemitério de São João Batista, no Rio.

## Anexo 4

# A vacina obrigatória

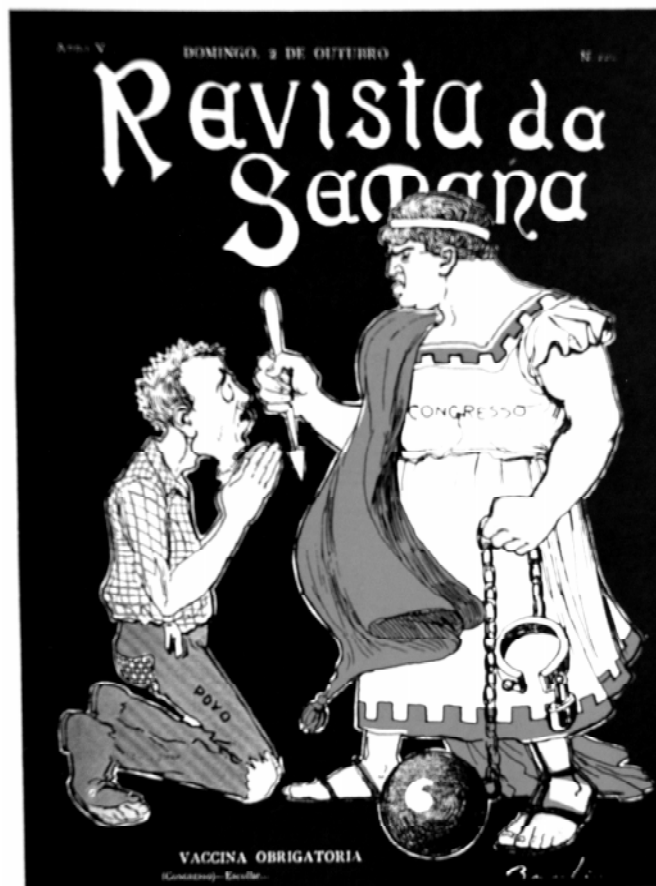
Anda o palco acelerado  
Com horror à palmatória  
Por causa dessa lambança  
Da vacina obrigatória  
Os panatas da sabença  
Estão teimando dessa vez  
Querem meter o ferro a pulso  
Bem no braço do freguês.  
E os doutores da higiene  
Vão deitando logo a mão  
Sem saberem se o sujeito  
Quer levar o ferro ou não  
Seja moço ou seja velho  
Ou mulatinha que tem visgo  
Homem sério, tudo, tudo,  
Leva ferro que é servido.  
Bem no braço do Zé do Povo  
Chega o tipo e logo vai  
Enfiando aquele troço  
A lanceta e tudo mais  
Mas a lei manda que o povo  
E o coitado do freguês  
Vá gemendo na vacina  
Ou então vá pro xadrez.

[...]

Eu não vou nesse arrastão  
Sem fazer o meu barulho  
Os doutores da ciência  
Terão mesmo que ir no embrulho  
Não embarco na canoa  
Que a vacina me persegue

Vão meter ferro no boi  
Ou no diabo que os carregue.

Canção de autor desconhecido. Em *Memória da Pharmácia*, disco Emi/Odeon, Roche; apud *Almanaque histórico*, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio.



Pela ameaça de forte repressão, o Congresso, fantasiado de Nero, obriga o povo, ajoelhado, a aceitar a vacina (*Revista da Semana*, 2/10/1904; charge com autoria de difícil identificação)

## Anexo 5

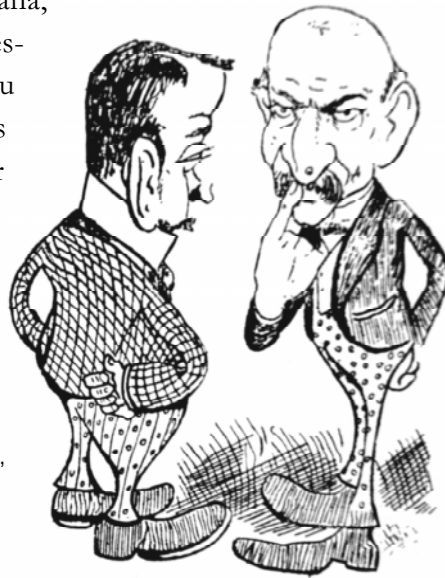
# De que morreu Cipriana?

Enquanto o Congresso discutia calorosamente a aprovação da Lei da Vacina Obrigatória, Cipriana, após tomar a vacina já disponível para a população, morreu. O médico legista, um positivista, garantiu que a causa da morte havia sido a contaminação pela vacina. Oswaldo Cruz, em defesa de seu projeto, realizou nova necropsia no corpo e negou a versão apresentada. Deu-se então a polêmica que tomou conta da cidade, retratada com louvor pelo editorial da revista *O Malho*, de 30 julho de 1904:

“A semana passou-se perseguida por um caso difícilimo, embrulhadíssimo, complicadíssimo, que ainda está longe de chegar a termo, se é que um dia a isso chegará: o caso da preta Cipriana. Cunha e Cruz, médico legista, teve de ir ao necrotério autopsiar a dita preta para atestar-lhe o óbito e autorizar assim a inumação desse cadáver de indigente. Foi, foi e atestou que ela tinha morrido de septicemia gangrenosa consecutiva à vacinação. Os adversários da vacinação obrigatória pegaram desse atestado de óbito, levaram-no para a tribuna da Câmara, leram-no em voz alta e bradaram que a vacina é isto, é septicemia gangrenosa, é a morte, é a mesa do necrotério, é Cunha e Cruz, médico legista! Horror! Três vezes horror! As velhas benzeram-se com a canhota; as moças pegaram de suas respeitáveis figas e era apontar no horizonte um médico vacinador e as portas fecharem-se com estrépito, as famílias esconderem-se, e as que não podiam fugir, romperem num clamor estonteante, que as queriam *septicemar*! Cruz, diretor de Higiene, perdeu a paciência e a calma; foi ao ministro e declarou que Cruz, médico legista, havia dado um atestado falso porque era positivista. Ao que Cruz, médico legista, obtemperou que Cruz, diretor de Higi-

ne, havia afirmado uma inverdade assegurando que ele não havia feito uma autópsia completa. E, como se tratava de uma questão de fato, pedia que exumassem o cadáver da preta Cipriana – único meio de se verificar qual dos dois Cruz tinha razão. Mas, por outro lado, a preta Cipriana apodrecia tranqüilamente no cemitério e provavelmente já seria impossível verificar se ela tinha ou não sido vítima de septicemia. De modo que o caso é e ficará insolúvel. Cada Cruz ficará diante do outro como aqueles bonzos chineses que abalam a cabeça no sentido vertical e no sentido horizontal, um dizendo que sim, outro afirmando que não.

E, no fundo da vala comum, para onde foi desdenhosamente atirado, o cadáver da preta Cipriana terá esgares irônicos. Às vezes os pequenos vingam-se assim do pouco caso com que a sociedade os trata. Morrem por aí, sem ninguém se preocupar com eles e deixam entretanto toda a sociedade preocupada com essa grave questão: a vacina pode determinar septicemias que causem a morte? Indo-se procurar a libertação de um mal, pode-se marchar ao encontro de outro irremediavelmente fatal? Vãs interrogações a que só o cadáver da preta Cipriana, obstinadamente mudo, poderia responder. Não é só no ar e no céu que há aquelas difíceis questões de que fala Hamlet. O cadáver dos miseráveis é também, às vezes, impenetrável.”



A “morte de Cipriana”  
mereceu charge  
irreverente (s/l,s/d)

# Bibliografia

## Livros

AQUINO e MITTELMAN, Tania. *A revolta da vacina. Vacinando contra a varíola e contra o povo*. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2003.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ed.?, 1909.

BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). *Febre amarela. A doença, a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

BENJAMIN, Walter. “Paris, capital du Xxème siècle.” In: *Oeuvres*, II, Poésie et révolution. Trad. do alemão e pref. de Maurice de Gandillac. Ed. Denoël, Paris, 1971.

BILAC, Olavo. Apud Benchimol, Jayme. “O Rio se renova. E o povo se rebela.” In: *Revista do Brasil*. Secretaria Municipal de Cultura – Departamento de Cultura – Divisão de Editoração, n.2, 1984.

CARONE, Edgard. *A República Velha – evolução política*. São Paulo: Ed. Difel, 1971.

CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1977.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Oswaldo Cruz*. Monumenta Historica, t.1. A incompreensão de uma época. Oswaldo Cruz e a caricatura. São Paulo: Ed.?,1971.

FERRÃO, Cristina e SOARES, João Paulo M. (eds.). *Arquivo Nacional, 150 anos*. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1988.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves

(orgs.). *O Brasil republicano*. I. Tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/CASA DE OSWALDO CRUZ. *Almanaque histórico. Oswaldo Cruz, o médico do Brasil*. Rio de Janeiro, s/d.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Informação Cultural – Divisão de Editoração, 1991. (Biblioteca Carioca).

PAES, Álvaro e COLÁS, Álvaro. *Avança* (revista teatral, 1904). Apud Alencar, Edgard de. “O carnaval carioca através da música”. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1980.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Ed. Simões, 1951.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

### Jornais e vídeo

*Brasil Operário*. 1 jun. 1903, ano I, n.3, p.3.

*Gazeta de Notícias*. 14 nov. 1904.

Id. 4 set. 1904.

Id. 16 nov. 1904.

Id. 26 nov. 1904.

*O Malbo*. 26 nov. 1906 (artigo de Ruy Vaz).

*O Malbo*. 7 jul. 1906.

*Correio Popular*. 3 mai.1936. Campinas, SP. (Artigo “A Revolta da Vacina”, de Lauro Sodré).

Vídeo produzido pela Fundação Oswaldo Cruz, à disposição na biblioteca da Instituição.

### **Sites**

<http://www.coc.fiocruz.br/exposicoes>  
[expo\\_revoltadavacina.htm](http://www.coc.fiocruz.br/exposicoes/expo_revoltadavacina.htm)

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?cript=S0009-67250>

<http://members.tripod.com/~omotim/Vacina.htm>

<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/r/revolta-vacina.htm>

<http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/Rev1922/2RevVacina>

<http://br.geocities.com/vinicrashbr/historia/brasil/revoltadavacina.htm>

<http://www.sabbatini.com./renato/correio/medicina/corr9640.htm>

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artex&pid=S0104-59702003005..](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artex&pid=S0104-59702003005..)

<http://www.educacional.com.br./especiais/revoltadavacina/default.asp>

<http://www.abcmmc.org.br/publiques/cgilua.exe/sys/strt.htm?inford=120&s..>



# Notas

- 1 José Murilo de Carvalho, historiador. Entrevista aos *CADERNOS DA COMUNICAÇÃO*.
- 2 Sevcenko, 1984.
- 3 Id. *ibid.* *Canudos*: no fim do séc. XIX, surgiu no arraial de Canudos, BA, um movimento messiânico liderado pelo beato Antônio Conselheiro. O governo federal, na época em que Prudente de Moraes era presidente da República, mandou tropas do Exército para destruírem os seguidores do beato. Nos confrontos morreram milhares de pessoas. O drama de Canudos é narrado em *Os sertões*, de Euclides da Cunha.
- Contestado*: outro movimento messiânico do final do séc. XIX e começo do séc. XX, na região do Contestado, que abrangia 42 mil km<sup>2</sup> entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Era composto por camponeses miseráveis liderados por “monges” e combatiam a República, que associavam ao poder dos coronéis. Um dos líderes mais importantes foi João Maria. Os caboclos foram destruídos pelas tropas do Exército, em várias expedições, nos governos de Hermes da Fonseca (1910-1914) e Venceslau Brás (1914-1918). Houve muitos mortos nos confrontos, e também devido à fome e a uma epidemia de tifo.
- 4 Id., *ibid.*
- 5 Apud Aquino e Mittelman, 2003
- 6 Lamarão, 1991.
- 7 Prefeito do Departamento de Seine (1853-1870), no governo de Napoleão III, responsável pela modernização de Paris. Ele se autodesignava “um artista demolidor”. In: Benjamin, 1971.
- 8 Sodré, apud Sabbatini, 1936.
- 9 Apud Sevcenko, op. cit.
- 10 *Almanaque histórico*, s/d.
- 11 Aquino e Mittelman, op. cit.
- 12 Sevcenko, vídeo.
- 13 Aquino e Mittelman, op. cit.
- 14 Buss, vídeo.
- 15 Ferrão e Soares, 1988.
- 16 Paes e Colás, 1980.
- 17 Sevcenko, op. cit.
- 18 Id. *ibid.*
- 19 Benchimol, apud Sevcenko, 1984.
- 20 O primeiro *cortiço* do Rio, aproveitamento de um casarão construído pelo Conde d’Eu, tinha uma enorme cabeça de porco sobre os portões, em vez das tradicionais estátuas de leões.
- 21 Sevcenko, op. cit.
- 22 *Gazeta de Notícias*, 1904.
- 23 Santos, apud Sevcenko, 1984.
- 24 Sevcenko, id.

25 Id.

26 Id.

27 Id.

28 Pedro Paulo Soares, jornalista e pesquisador. Entrevista aos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

29 Carvalho, loc. cit.

30 *Brasil Operário*, 1<sup>o</sup> de junho de 1903.

31 *O Malho*, 1906.

32 Leonardo Affonso de Miranda Pereira, historiador. Entrevista aos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

33 Sevcenko, id.

34 Pereira, loc. cit.

35 *Gazeta de Notícias*, 1904

36 *Gazeta de Notícias*, 1904.

37 Bertolli Filho, loc. cit.

38 *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1904

39 *O Malho*, 1904

40 Benchimol, 2001

41 Aquino e Mittelman, op.cit

42 Apud Sevcenko, 1984

43 *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1904

44 João do Rio, 1951

45 Castro, 1977

46 Carvalho, loc. cit.

47 Falcão, 1971

48 *Almanaque*, s/d

49 Id.

50 Pedro Paulo Soares, loc. cit.

51 *Almanaque*, s/d

52 Claudio Bertolli Filho, loc. cit.

53 Vídeo

54 Sevcenko, loc. cit.



Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e 18, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m<sup>2</sup> e capa em cartão supremo 250gr/m<sup>2</sup>, na Imprensa da Cidade, em agosto de 2006.